



EDP Trading Comercialização e Serviços de Energia S.A.

Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
EDP Trading Comercialização e Serviços de Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EDP Trading Comercialização e Serviços de Energia S.A. (nova denominação da “EDP Comercialização e Serviços de Energia S.A.”) (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da EDP Trading Comercialização e Serviços de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS e pelo fato de não serem requeridas às empresas limitadas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e estão consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2022.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Daniel Fukumori', written over a horizontal line.

Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

EDP TRADING COMERCIALIZAÇÃO E SERVIÇOS DE ENERGIA S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
 (Em milhares de reais)



ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	66.301	109.117	84.512	113.764
Consumidores e concessionárias	6	228.120	547.794	230.004	547.794
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	7	8.786		9.043	
Outros tributos compensáveis	7	13.498	6.247	13.600	6.728
Tributos diferidos	8	52.915	7.701	52.915	7.701
Cauções e depósitos vinculados	13	1.460	1.377	1.460	1.377
Ativos da concessão	14			29.614	262
Adiantamentos a fornecedores	9	250.525	7.646	250.525	7.646
Compromissos futuros - Instrumento Financeiro Derivativo	11	626.056	102.813	626.056	102.813
Outros créditos	12	834	387	984	694
Total do Ativo Circulante		1.248.495	783.082	1.298.713	788.779
Não circulante					
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	7	40.849	41.973	40.849	41.973
Outros tributos compensáveis	7	41.579	44.360	41.579	44.360
Tributos diferidos	8	24.427	29.019	24.427	39.305
Empréstimos a receber	10	7.741	7.308		
Adiantamento para futuro aumento de capital	10.4	133.000	12.755		
Cauções e depósitos vinculados	13	9.858	10.936	18.023	11.614
Ativos da concessão	14			263.196	126.236
Adiantamentos a fornecedores	9		671		671
Compromissos futuros - Instrumento Financeiro Derivativo	11	583.563	521.602	583.563	521.602
Outros créditos	12	1.285	2.077	1.287	2.078
		842.302	670.701	972.924	787.839
Investimentos	15.1	178.639	119.183	470	470
Imobilizado	16	12.690	8.304	12.745	8.678
Intangível	17	9.939	8.571	73.790	72.422
		201.268	136.058	87.005	81.570
Total do Ativo Não circulante		1.043.570	806.759	1.059.929	869.409
TOTAL DO ATIVO		2.292.065	1.589.841	2.358.642	1.658.188
PASSIVO	Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Circulante					
Fornecedores	18	218.561	475.139	256.004	516.543
Imposto de renda e Contribuição social a recolher	7			291	
Outros tributos a recolher	7	7.355	5.104	8.244	5.822
Tributos diferidos	8	62.555	9.510	62.555	9.510
Dividendos	19	14.244	27.868	14.244	27.868
Empréstimos e financiamentos	20	264.169	152.545	264.169	152.545
Provisões	21			4.685	7.350
Adiantamentos de cliente	9	644	7.984	644	7.984
Compromissos futuros - Instrumento Financeiro Derivativo	11	572.053	83.252	572.053	83.252
Outras contas a pagar	12	4.714	3.766	5.885	4.172
Total do Passivo Circulante		1.144.295	765.168	1.188.774	815.046
Não circulante					
Tributos diferidos	8	136.028	111.428	155.735	123.142
Empréstimos e financiamentos	20	394.132	90.224	394.132	90.224
Provisões	21	1.162	1.122	1.598	7.749
Adiantamentos de cliente	9		645		645
Compromissos futuros - Instrumento Financeiro Derivativo	11	264.081	313.717	264.081	313.717
Outras contas a pagar	12	3.550	2.255	5.505	2.383
Total do Passivo Não circulante		798.953	519.391	821.051	537.860
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	22.1	221.679	32.606	221.679	32.606
Reservas de lucros	22.3	127.138	272.676	127.138	272.676
Total do Patrimônio líquido		348.817	305.282	348.817	305.282
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.292.065	1.589.841	2.358.642	1.658.188

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP TRADING COMERCIALIZAÇÃO E SERVIÇOS DE ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receitas	23	2.955.211	3.998.784	3.131.138	4.074.882
Custo do serviço de energia elétrica	24 e 25				
Custo com energia elétrica		(2.833.989)	(3.782.332)	(2.833.989)	(3.782.332)
Custo de operação		(15.860)	(7.551)	(17.092)	(7.551)
Custo do serviço prestado a terceiros		(45)	(7)	(159.096)	(91.038)
		<u>(2.849.894)</u>	<u>(3.789.890)</u>	<u>(3.010.177)</u>	<u>(3.880.921)</u>
Lucro bruto		105.317	208.894	120.961	193.961
Despesas e Receitas operacionais	24 e 25				
Despesas com vendas		5.047	(4.718)	5.047	(4.718)
Despesas gerais e administrativas		(12.220)	(20.489)	(13.513)	(21.548)
Outras despesas e receitas operacionais		(34)	(152)	1.446	(121)
		<u>(7.207)</u>	<u>(25.359)</u>	<u>(7.020)</u>	<u>(26.387)</u>
Resultado das participações societárias		<u>(4.249)</u>	<u>(10.573)</u>		
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		93.861	172.962	113.941	167.574
Resultado financeiro	26				
Receitas financeiras		10.864	10.135	11.103	10.019
Despesas financeiras		(22.900)	(7.099)	(23.360)	(6.953)
		<u>(12.036)</u>	<u>3.036</u>	<u>(12.257)</u>	<u>3.066</u>
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		81.825	175.998	101.684	170.640
Tributos sobre o lucro	27				
Imposto de renda e contribuição social correntes		1.687	31	1.132	31
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(23.540)	(63.669)	(42.844)	(58.311)
		<u>(21.853)</u>	<u>(63.638)</u>	<u>(41.712)</u>	<u>(58.280)</u>
Resultado líquido do exercício		59.972	112.360	59.972	112.360
Resultado por ação atribuível aos acionistas	28				
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)					
ON		1,83929	3,44599	1,83929	3,44599

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP TRADING COMERCIALIZAÇÃO E SERVIÇOS DE ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)



	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Resultado líquido do exercício	59.972	112.360	59.972	112.360
Resultado abrangente do exercício	<u>59.972</u>	<u>112.360</u>	<u>59.972</u>	<u>112.360</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP TRADING COMERCIALIZAÇÃO E SERVIÇOS DE ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em milhares de reais)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		81.825	175.998	101.684	170.640
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais					
Tributos diferidos		13.483	21.048	13.483	28.804
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD		(5.044)	4.559	(5.044)	4.559
Remuneração dos Ativos da concessão				(43.941)	(7.651)
Margem na construção				35.276	14.828
Depreciações e amortizações		3.392	2.028	3.711	2.189
Juros e atualizações monetárias dos Empréstimos à receber		(433)	(308)		
debêntures		22.053	6.114	21.701	5.867
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		88	210	163	224
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP				339	
Compromissos futuros - Instrumento Financeiro Derivativo		(146.039)	(227.446)	(146.038)	(227.446)
Resultado de participações societárias		4.250	10.573		
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(1.289)	(714)	(1.326)	(716)
Outros		(141)	181	(341)	101
		<u>(27.855)</u>	<u>(7.757)</u>	<u>(20.333)</u>	<u>(8.601)</u>
(Aumento) diminuição de ativos operacionais					
Consumidores e concessionárias		324.718	8.551	322.834	8.551
Ativos da concessão				379	
Outros tributos compensáveis		(7.306)	(4.660)	(7.287)	(4.675)
Cauções e depósitos vinculados		1.313	9	(6.001)	(663)
Adiantamentos a fornecedores		(242.208)	10.761	(242.208)	10.761
Outros ativos operacionais		345	(364)	417	(430)
		<u>76.862</u>	<u>14.297</u>	<u>68.134</u>	<u>13.544</u>
Aumento (diminuição) de passivos operacionais					
Fornecedores		(256.578)	54.986	(283.053)	54.446
Outros tributos a recolher		3.494	393	3.708	879
Encargos setoriais				49	
Provisões		(48)	(1)	(1.957)	(1.596)
Adiantamentos de clientes		(7.985)	(10.441)	(7.985)	(10.441)
Outros passivos operacionais		679	1.133	3.493	1.033
		<u>(260.438)</u>	<u>46.070</u>	<u>(285.745)</u>	<u>44.321</u>
Caixa aplicado nas (proveniente das) atividades operacionais		<u>(211.431)</u>	<u>52.610</u>	<u>(237.944)</u>	<u>49.264</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(5.284)	(7.711)	(5.452)	(7.711)
Caixa líquido aplicado nas (proveniente das) atividades operacionais		<u>(216.715)</u>	<u>44.899</u>	<u>(243.396)</u>	<u>41.553</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Adiantamento para futuro aumento de capital		(133.000)	(53.000)		
Aumento de capital social em subsidiárias		(50.950)		1	
Adições aos Ativos da concessão				(143.462)	(54.473)
Adições ao Imobilizado e Intangível		(7.419)	(4.443)	(7.419)	(4.443)
Empréstimos a receber			(7.000)		70
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(191.369)</u>	<u>(64.443)</u>	<u>(150.880)</u>	<u>(58.846)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(27.868)	(8.650)	(27.868)	(8.650)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures		550.000	90.000	550.000	90.000
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos		(150.000)		(150.000)	
Pagamentos de encargos de dívidas		(6.521)	(7.168)	(6.521)	(7.168)
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos		(343)	(573)	(587)	(728)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	30.1	<u>365.268</u>	<u>73.609</u>	<u>365.024</u>	<u>73.454</u>
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>(42.816)</u>	<u>54.065</u>	<u>(29.252)</u>	<u>56.161</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		66.301	109.117	84.512	113.764
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		109.117	55.052	113.764	57.603
		<u>(42.816)</u>	<u>54.065</u>	<u>(29.252)</u>	<u>56.161</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP TRADING COMERCIALIZAÇÃO E SERVIÇOS DE ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)



	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2019	32.606	188.184	-	220.790
Lucro líquido do exercício			112.360	112.360
Destinação do lucro				
Constituição de reserva legal		889	(889)	-
Dividendos adicionais propostos			(27.868)	(27.868)
Lucros retidos a deliberar		83.603	(83.603)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	32.606	272.676	-	305.282
	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2020	32.606	272.676	-	305.282
Aumento de capital - AGE de 30/04/2021	189.073	(189.073)		-
Lucro líquido do exercício			59.972	59.972
Constituição de reserva legal		2.999	(2.999)	-
Reserva de retenção de lucros				
Dividendos intermediários (JSCP)			(14.623)	(14.623)
Dividendos complementares obrigatórios			(1.814)	(1.814)
Lucros retidos a deliberar		40.536	(40.536)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	221.679	127.138	-	348.817

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP TRADING COMERCIALIZAÇÃO E SERVIÇOS DE ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)



	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Geração do valor adicionado	3.336.582	4.476.624	3.513.298	4.560.725
Receita operacional	3.324.116	4.476.831	3.354.505	4.476.831
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	5.047	(4.718)	5.047	(4.718)
Receita relativa à construção de ativos próprios	7.419	4.443	7.419	4.443
Receita de Construção			121.616	76.203
Atualização dos Ativos da concessão			23.314	7.651
Outras receitas		68	1.397	315
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(3.137.026)	(4.180.148)	(3.297.309)	(4.271.602)
Custos da energia comprada	(3.119.016)	(4.148.255)	(3.119.016)	(4.148.255)
Encargos de uso da rede elétrica	(3.007)	(17.701)	(3.007)	(17.701)
Materiais	(1.894)	(967)	(2.008)	(1.109)
Serviços de terceiros	(11.863)	(10.890)	(12.855)	(10.938)
Custo com construção da infraestrutura			(159.051)	(91.031)
Outros custos operacionais	(1.246)	(2.335)	(1.372)	(2.568)
Valor adicionado bruto	199.556	296.476	215.989	289.123
Retenções				
Depreciações e amortizações	(3.395)	(2.035)	(3.470)	(2.196)
Valor adicionado líquido produzido	196.161	294.441	212.519	286.927
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	11.443	10.744	12.124	10.697
Resultado da equivalência patrimonial	(4.249)	(10.573)		
Valor adicionado total a distribuir	203.355	294.612	224.643	297.624
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	11.405	12.954	12.255	13.420
Benefícios	2.429	1.964	2.512	1.971
FGTS	822	760	891	760
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	36.083	88.087	55.056	90.482
Estaduais	68.924	70.889	69.417	70.903
Municipais	441	433	446	433
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	22.900	7.099	23.712	7.261
Aluguéis	379	66	382	34
Remuneração de capital próprio				
Juros sobre capital próprio	14.623		14.623	
Dividendos	1.814	27.868	1.814	27.868
	159.820	210.120	181.108	213.132
Lucros retidos	43.535	84.492	43.535	84.492
	203.355	294.612	224.643	297.624

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A EDP - Trading Comercialização e Serviços de Energia S.A. (Companhia, EDP Trading Comercializadora), é sociedade anônima de capital fechado, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, foi constituída em 1º de novembro de 2000 e tem como objeto social: (i) a comercialização de energia elétrica, compreendendo a compra, a importação, a exportação e a venda de energia elétrica a outros comercializadores, a consumidores que tenham livre opção de escolha do fornecedor e a outros agentes permitidos pela legislação; (ii) prestar serviços de consultoria e assessoria em gestão técnica e comercial incluindo a gestão de empreendimentos relacionados a energia elétrica, no Brasil e/ou exterior; e (iii) participar em outras Companhias como sócia.

A Companhia detém, desde 13 de julho de 2021, 100% das ações da EDP Transmissão Norte S.A. (EDP Transmissão Norte), que foi constituída na referida data com sede localizada em Linhares no estado do Espírito Santo. Em 30 de junho de 2021 ocorreu o Leilão para Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 1/2021 (Nota 4.4), realizado pela ANEEL, o qual a controladora da Companhia foi vencedora do Lote 1, fato que deu origem a constituição da EDP Transmissão Norte como subsidiária da Companhia. A controlada EDP Transmissão Norte tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, operação e exploração de linhas de transmissão e subestação de energia elétrica, a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essa atividade e, ainda, a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia ou consorciada.

A controlada EDP Transmissão Norte encontra-se em fase de construção de sua linha de transmissão e tem previsão de entrada em operação comercial em 30 de setembro de 2026, conforme contrato de concessão.

Em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 18 de outubro de 2021, foi aprovada a alteração da denominação social de EDP - Comercialização e Serviços de Energia S.A. para EDP Trading Comercialização e Serviços de Energia S.A..

A Companhia possui as seguintes participações em controladas:

Empresas	Classificação	Consolidação	% Participação	
			31/12/2021	31/12/2020
Transmissão				
EDP Transmissão Litoral Sul S.A. (EDP Transmissão Litoral Sul)	Controlada	integral	100,00	100,00
EDP Transmissão Norte S.A. (EDP Transmissão Norte) (Nota 4.4)	Controlada	integral	100,00	-

2 Controladas - Concessão de Transmissão

Os contratos de concessão assinados entre a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e as empresas prestadoras dos serviços de transmissão de energia estabelecem regras claras a respeito de regularidade, continuidade, segurança, atualidade e qualidade dos serviços prestados. Da mesma forma, define penalidades para os casos em que a fiscalização da ANEEL constatar irregularidades.

O serviço público de transmissão de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN) compreende as instalações da Rede Básica (RB) e da Rede Básica de Fronteira (RBF). Conforme a Resolução Normativa nº 67, de 8 de julho de 2004, a RB é composta pelas instalações do SIN com nível de tensão igual ou superior a 230 kV, enquanto a RBF está composta pelas unidades transformadoras de potência do SIN com tensão superior igual ou maior de que 230 kV e tensão inferior menor de que 230 kV.

A ANEEL, por meio de delegação do Poder Concedente, realiza as licitações para contratação do serviço público de transmissão de energia elétrica, bem como firma os respectivos contratos de concessão da transmissão. Após a assinatura dos contratos inicia-se a fase de gestão contratual, na qual são realizados serviços, tais como: análise e aprovação da conformidade dos projetos básicos, análise para enquadramento ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) e Declarações de Utilidade Pública (DUP).

Em 31 de dezembro de 2021 as controladas da Companhia possuem o direito de explorar as concessões de transmissão, com as seguintes características:

Empresas	Extensão	Modalidade	Estado	Descrição da Linha	Início	Término	Prorrogação	Indenização
Operação parcial (Nota 4.2)								
EDP Transmissão Litoral Sul	142 km	Serviço Público	SC/RS	3 LT 230kV; SE 230/69 kV; SE 230/138/69 kV	27/06/2016	27/06/2046	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(i)
Em fase de construção (Nota 4.4)								
EDP Transmissão Norte	230 km	Serviço Público	AC/RO	LT 230kV; SE 230/69-13,8kV	30/09/2021	30/09/2051	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(i)

(i) No advento do termo final do Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos posteriores, não previstos no projeto original e ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. O valor será apurado mediante auditoria própria do Poder Concedente.

3 Base de preparação

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que ela e sua controlada possuem recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia e das controladas não têm conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia e suas controladas autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 03 de fevereiro de 2022. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

3.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia e suas controladas estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

3.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 29.1.1.

3.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia e de suas controladas se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 3.7.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da CCEE (Nota 6); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8); Ativos da Concessão (Nota 14), Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 3.7); Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota 21.1); Compromissos futuros - Instrumento Financeiro Derivativo (Nota 11); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 29.1.2).

3.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas, que operam no Brasil, é o Real e as demonstrações individuais e consolidadas são apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.6 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas, abrangendo a Companhia e suas controladas (Nota 15).

A Companhia controla a EDP Transmissão Litoral Sul e a EDP Transmissão Norte e efetua a consolidação integral de suas demonstrações financeiras.

Os critérios contábeis adotados na sua apuração foram aplicados uniformemente entre a Companhia e suas controladas.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento da Controladora na suas controladas diretas;
- Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e a suas controladas;
- As datas das demonstrações financeiras das controladas utilizadas para o cálculo da equivalência patrimonial e para a consolidação coincidem com as da Companhia; e
- Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações de resultados.

3.7 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia e de suas controladas revisam o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia e de suas controladas identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração da Companhia concluiu, após avaliar os indicadores internos e externos, que não foram identificados fatores de desvalorização dos seus ativos.

3.8 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, conseqüentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

3.8.1 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 15: CPC 48 - Instrumentos Financeiros, CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários; CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação; CPC 11 - Contratos de Seguro; e CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	IFRS 9 / IAS 39 / IFRS 7 / IFRS 4 e IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato)	IAS 37	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Permite o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo	IAS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Atualização da referência ao CPC 00 sem alterar significativamente os requisitos do IFRS 3.	IFRS 3	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 50 – Contratos de seguro	Fornecer uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17	Pronunciamento	01/01/2023

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia e suas controladas estão acompanhando as discussões e até o momento não identificaram a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

4 Evento significativo no exercício

4.1 Captações de recursos

Durante o exercício de 2021, a Companhia obteve os seguintes recursos:

Fonte	Data da liberação	Vencimento	Valor	Custo da dívida	Finalidade
Cédula de Câmbio - MUFG	abr/21	abr/22	200.000	CDI + 0,65% a.a.	Implantação do projeto de transmissão da Controlada EDP Transmissão Litoral Sul
Cédula de Câmbio - MUFG - Aditivo	set/21	mar/23	100.000	CDI + 0,99% a.a.	Implantação do projeto de transmissão da Controlada EDP Transmissão Litoral Sul
Cédula de Câmbio - MUFG	nov/21	nov/23	250.000	CDI + 1,165% a.a.	Implantação do projeto de transmissão da Controlada EDP Transmissão Litoral Sul
			550.000		

Para maiores informações, vide nota 20.

4.2 Entrada em Operação Parcial - EDP Transmissão Litoral Sul

Em 19 de maio de 2021 a EDP - Energias do Brasil, controladora integral da EDP Trading Comercializadora, divulgou Comunicado ao Mercado informando que, nesta data, concluiu as etapas necessárias para a energização e integração ao Sistema Interligado Nacional (SIN) de um dos dois trechos de linhas de transmissão de energia do Lote Q. Nesta primeira etapa estão contempladas instalações do Seccionamento 230kV das linhas LT 230kV Jorge Lacerda B – Siderópolis I, que conecta a Subestação Tubarão Sul (2x230/69kV 1x230/138kV – 150MVA) ao SIN, gerando uma Receita Anual Permitida de R\$12,2 milhões. A entrega do trecho está dentro do cronograma estipulado, pela controlada EDP Transmissão Litoral Sul, quando ocorreu a aquisição do empreendimento.

4.3 Transmissoras - Reajustes e revisão tarifária

Os Contratos de Concessão estabelecem que as controladas, pela prestação de serviço público de transmissão, tem direito de receber a RAP original, conforme Leilão de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica anualmente, a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP não inclui o montante necessário à cobertura do PIS e da COFINS e tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão e os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão.

A RAP, de acordo com o contrato de concessão na EDP Transmissão Litoral Sul, terá revisão em intervalos periódicos de 5 anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à assinatura do mesmo, observando-se os parâmetros regulatórios (que incluem estrutura de capital próprio e de terceiros - WACC, operação e manutenção, taxa média anual de depreciação e eventual ingressos de novos ativos, entre outros índices) e a regulamentação específica, além disso, ocorrem reajustes anuais, observando também as alterações de inflação e eventuais reduções por indisponibilidade da rede.

Em 13 de julho de 2021, foi homologada a Resolução Homologatória - REH nº 2.895, estabelecendo critérios para a controlada EDP Litoral Sul, que passou por revisão e foi estabelecida a RAP pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão, compreendendo o período de 1º de julho de 2021 à 30 de junho de 2022. A RAP foi reajustada considerando os efeitos do período do IPCA e de alteração na componente de financiamento do WACC, conforme previsto no Contrato de Concessão da controlada EDP Litoral Sul. A parcela de reajuste inerente ao IPCA é considerado um componente de contraprestação variável e, portanto, com base no CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (Nota 23), foi efetuada a revisão deste componente no cálculo do Ativo de Contrato e os efeitos apropriados em Receitas. Com relação a alteração do WACC no processo de Revisão Tarifária da controlada EDP Litoral Sul, esta é considerada uma alteração contratual e seu efeitos apropriados em Outros Gastos Operacionais (Nota 25), sendo que portanto a RAP de 2021 e 2020 demonstradas a seguir:

	RAP 2021 REH nº 2.895	RAP 2020 REH nº 2.725
EDP Transmissão Litoral Sul	54.399	47.387

4.4 Leilão de Transmissão - EDP Transmissão Norte

Em 30 de junho de 2021 a EDP - Energias do Brasil, controladora integral da EDP Trading Comercializadora, divulgou Comunicado ao Mercado informando que, no Leilão para Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 1/2021, realizado pela ANEEL, foi vencedora do Lote 1, situado nos estados do Acre e Rondônia, com Receita Anual Permitida - RAP de R\$38,6 milhões, deságio de 36,6%. Este lote possui uma subestação e 350 km de linha de transmissão. Os contratos firmados com as empresas de construção (EPCistas) e fornecedores refletem um pacote de garantias adequadas para projetos desta natureza, demonstrando a solidez da alocação de capital da Companhia. O financiamento dos projetos prevê Emissões de Debêntures de Infraestrutura com alavancagem total estimada de até 70%.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Em 13 de julho de 2021, durante Assembléia Geral Extraordinária, foi constituída a empresa EDP Transmissão Norte, da qual a Controladora detém 100% das ações. A constituição da EDP Transmissão Norte é decorrente do Leilão arrematado pela EDP - Energias do Brasil conforme exposto acima.

4.5 Não incidência de IRPJ e CSLL sobre a atualização pela Selic dos indêbitos tributários recebidos da União

Em 24 de setembro de 2021 o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que não incidem IRPJ e CSLL sobre a receita de atualização monetária dos indêbitos tributários recebidos da União (Taxa Selic).

A Companhia é parte, com outras Companhias do Grupo EDP – Energias do Brasil, de mandado de segurança que objetiva o reconhecimento do direito de não recolher o IRPJ e a CSLL sobre os valores referentes à aplicação de juros de mora e correção monetária, relativos aos indêbitos tributários passíveis de restituição, reembolso, ressarcimento ou compensação (judicialmente ou administrativamente), além do direito ao aproveitamento dos créditos dos últimos 5 (cinco) anos anteriores à data do ajuizamento da ação judicial.

Em dezembro de 2021, com o entendimento dos assessores jurídicos da probabilidade acerca do tema na Companhia, e com base no CPC 32, foi efetuado o registro de R\$2.327 de principal (Nota 27) e R\$146 de atualização monetária (Nota 26).

4.6 Medida governamental para gestão de recursos hídricos

Medida Provisória - MP nº 1.055 de 28 de junho de 2021	A MP nº 1.055 institui a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG com o objetivo de estabelecer medidas emergenciais para a otimização do uso dos recursos hidroenergéticos e para o enfrentamento da atual situação de escassez hídrica, a fim de garantir a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético no país adotando entre as medidas: (i) definir diretrizes obrigatórias para, em caráter excepcional e temporário, estabelecer limites de uso, armazenamento e vazão das usinas hidrelétricas e eventuais medidas mitigadoras associadas; (ii) estabelecer prazos para atendimento das diretrizes pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal direta e indireta, pelo ONS, pela CCEE e pelos concessionários de geração de energia elétrica; (iii) requisitar e estabelecer prazos para encaminhamento de informações e subsídios técnicos aos órgãos e às entidades da administração pública federal direta e indireta, à ONS, à CCEE e aos concessionários de geração de energia elétrica.					Esta MP entrou em vigor em 28 de junho de 2021 e a CREG teria duração até 30 de dezembro de 2021. Em 07 de novembro a MP perdeu validade, bem como ocorreu o fim da CREG.
	O Ministério de Minas e Energia (MME), com a melhora da expectativa de chuvas ao final do ano de 2021, após reunião da CREG em 05 de novembro de 2021, sinalizou o fim da vigência da MP 1.055/2021, que instituiu a CREG. A MP perdeu a validade no dia 07 de novembro de 2021, e, com isso, a Câmara encarregada da gestão da atual crise hídrica também deixou de existir.					

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Bancos conta movimento		3.224	50.071	4.516	50.133
Aplicações financeiras					
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	5.1	50.017	59.046	66.936	63.631
Operações compromissadas lastreadas em Debêntures	5.2	13.060		13.060	
		63.077	59.046	79.996	63.631
Total		66.301	109.117	84.512	113.764

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 29.

5.1 Certificados de Depósitos Bancários - CDB

As aplicações financeiras em CDBs estão remuneradas a taxa de 102,00% do CDI da Companhia e, das controladas, a taxa de 99,00% do CDI.

5.2 Operações compromissadas lastreadas em Debêntures

Operações compromissadas lastreadas em Debêntures estão remuneradas a taxa de 87% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

6 Consumidores e Concessionárias

Os saldos de Consumidores e concessionárias são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado ou a ser faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

Parte substancial das vendas ocorre em contratos bilaterais, sendo as condições de pagamento livremente negociadas entre as partes, contudo, a maioria dos recebimentos ocorre no 6º dia útil posterior ao reconhecimento da receita.

	Nota	Controladora				Consolidado					
		Valores Correntes			Saldo líquido em 31/12/2021	Saldo líquido em 31/12/2020	Valores Correntes			Saldo líquido em 31/12/2021	Saldo líquido em 31/12/2020
		A vencer	Vencidas				A vencer	Vencidas			
	Até 60 dias	De 181 a 360 dias	PECLD (Nota 6.3)			Até 60 dias	De 181 a 360 dias	PECLD (Nota 6.3)			
Consumidores											
Clientes livres		102.639	2.867	(2.867)	102.639	125.402	102.639	2.867	(2.867)	102.639	125.402
		102.639	2.867	(2.867)	102.639	125.402	102.639	2.867	(2.867)	102.639	125.402
Concessionárias											
Suprimento de energia elétrica	6.1	122.100	379	(379)	122.100	407.867	122.100	379	(379)	122.100	407.867
Energia de curto prazo	6.2	3.381			3.381	14.525	3.381			3.381	14.525
Disponibilidade da rede elétrica					-	-	1.884			1.884	-
		125.481	379	(379)	125.481	422.392	127.365	379	(379)	127.365	422.392
Total Circulante		228.120	3.246	(3.246)	228.120	547.794	230.004	3.246	(3.246)	230.004	547.794

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

6.1 Suprimento de Energia Elétrica

A variação é decorrente do impacto do cenário hidrológico de 2021 (Nota 4.6), ocasionando elevação e maior volatilidade nos preços futuros de energia. Com a indefinição do cenário regulatório e do próximo período úmido, o mercado reduziu o número de transações aguardando novas atualizações da conjuntura meteorológica e regulatória, além da manutenção da estratégia de proteção do portfólio.

6.2 Energia de curto prazo

A redução de energia de curto prazo decorre da estratégia adotada pela Companhia em realizar venda direta para contrapartes, que foi maior em 2020 quando comparada ao exercício corrente, devido substancialmente ao PLD médio de R\$176,85/MWh (Submercado SE/CO) em 2020 que, quando comparado ao de 2021 (PLD médio de R\$279,6/MWh para o mesmo submercado) possibilitou elevação nas operações no curto prazo naquele exercício.

6.3 Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Consumidores e Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, é constituída uma PECLD para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos relacionados aos Consumidores e Concessionárias de 3 exercícios e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados, em sua grande maioria, por contratos de garantias financeiras na formalização de contratos bilaterais. Para os contratos sem garantia financeira a Companhia, com base nos estudos realizados, determinou o percentual de perdas esperadas de 1,17% quando do reconhecimento inicial dos recebíveis. Este percentual de perdas será revisado anualmente, no entanto, o estudo poderá ser reavaliado caso a PECLD se comporte diferente do resultado esperado.

Em relação aos montantes a receber de energia de curto prazo, os mesmos são administrados pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que as mesmas mostraram-se imateriais e controláveis.

As controladas não apresentam histórico e nem expectativas de perdas nos seus valores a receber, uma vez que possuem garantidas por estruturas de fianças e/ou acessos a contas correntes operacionalizadas pelo ONS ou diretamente pela EDP - Energias do Brasil e, portanto, não constituíram perda esperada para créditos de liquidação duvidosa.

Segue abaixo a movimentação do exercício:

	Controladora e Consolidado			
	Saldo em 31/12/2020	Revisão de risco PECLD (Nota 25.4)	Resultado de perdas	Saldo em 31/12/2021
Consumidores				
Clientes livres	(7.756)	4.889		(2.867)
Outros	(164)		164	-
	(7.920)	4.889	164	(2.867)
Concessionárias				
Suprimento de energia elétrica	(534)	155		(379)
Total Circulante	(8.454)	5.044	164	(3.246)

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 29.2.3.

7 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Nota	Controladora						Valor líquido em 31/12/2021	
		Valor líquido em 31/12/2020	Adição	Baixa	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação de tributos		Transferência
Ativos compensáveis									
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7.1	41.973			1.289	5.284	(3.508)	4.597	49.635
Total Circulante		41.973	-	-	1.289	5.284	(3.508)	4.597	49.635
Circulante		-							8.786
Não Circulante		41.973							40.849
Outros tributos compensáveis									
ICMS		707	935	(525)					1.117
PIS e COFINS	7.2	36.458	289.245					(279.620)	46.083
IRRF sobre aplicações financeiras		336	1.304					(860)	780
IR/CS retidos sobre faturamento		2.700	433					(2.051)	1.082
Outros		10.406		(7)				(4.384)	6.015
Total		50.607	291.917	(532)	-	-	-	(286.915)	55.077
Circulante		6.247							13.498
Não circulante		44.360							41.579
Passivos a recolher									
Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	(1.687)					1.687	-
Total Circulante		-	(1.687)	-	-	-	-	1.687	-
Outros tributos a recolher									
ICMS		4.673	69.341			(69.262)			4.752
PIS e COFINS		-	287.157				(3.152)	(284.005)	-
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		104	663			(653)			114
IRRF sobre juros s/ capital próprio		-	2.193						2.193
Encargos com pessoal		317	2.143			(1.893)	(284)		283
Outros		10	3						13
Total Circulante		5.104	361.500	-	-	(71.808)	(3.436)	(284.005)	7.355

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	Consolidado							Valor líquido em 31/12/2021
		Valor líquido em 31/12/2020	Adição	Baixa	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação de tributos	Transferência	
Ativos compensáveis									
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7.1	41.973	-	-	1.323	5.284	(3.564)	4.876	49.892
Total		41.973	-	-	1.323	5.284	(3.564)	4.876	49.892
Circulante		-							9.043
Não Circulante		41.973							40.849
Outros tributos compensáveis									
ICMS		707	935	(525)					1.117
PIS e COFINS	7.2	36.646	289.257		4		(192)	(279.620)	46.095
IRRF sobre aplicações financeiras		629	1.442					(1.224)	847
IR/CS retidos sobre faturamento		2.700	446					(2.051)	1.095
Outros		10.406		(7)		10		(4.384)	6.025
Total		51.088	292.080	(532)	4	10	(192)	(287.279)	55.179
Circulante		6.728							13.600
Não circulante		44.360							41.579
Passivos a recolher									
Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	(1.132)			(168)	(11)	1.602	291
Total Circulante		-	(1.132)	-	-	(168)	(11)	1.602	291
Outros tributos a recolher									
ICMS		4.673	72.195			(71.991)			4.877
PIS e COFINS		1	287.495			(46)	(3.389)	(284.005)	56
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		292	2.829		2	(2.656)			467
IRRF sobre juros s/ capital próprio		-	2.193						2.193
Encargos com pessoal		846	8.875			(8.799)	(284)		638
Outros		10	3						13
Total Circulante		5.822	373.590	-	2	(83.492)	(3.673)	(284.005)	8.244

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia e suas controladas apresentam os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia ou suas controladas pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

7.1 Imposto de renda e contribuição social

O montante de R\$49.635 da Companhia, refere-se substancialmente ao impacto da Lei 13.670/18, onde está vedada à compensação de débitos relativos às estimativas mensais do IRPJ e CSLL com créditos fiscais detidos pelos contribuintes no regime de Lucro Real.

7.2 Outros tributos compensáveis - PIS e Cofins

Do montante total de R\$46.083 da Companhia, R\$36.410 referem-se a retenções na fonte de PIS e Cofins que foram objeto de Pedido de Restituição e aguardam análise da Receita Federal e R\$9.673 refere-se a créditos sobre insumos gerados na operação da Companhia.

8 Tributos diferidos

	Nota	Controladora							
		Ativo				Passivo			
		Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
PIS e COFINS	8.1	52.915	7.701	24.427	29.019	62.555	9.510	49.461	48.401
Imposto de renda e contribuição social	8.2							86.567	63.027
Total		52.915	7.701	24.427	29.019	62.555	9.510	136.028	111.428
Consolidado									
		Ativo				Passivo			
		Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
PIS e COFINS	8.1	52.915	7.701	24.427	29.019	62.555	9.510	60.150	60.115
Imposto de renda e contribuição social	8.2				10.286			95.585	63.027
Total		52.915	7.701	24.427	39.305	62.555	9.510	155.735	123.142

8.1 PIS e COFINS

O PIS e COFINS diferidos reconhecidos apresentam as seguintes naturezas:

	Nota	Controladora							
		Ativo				Passivo			
		Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
Compromissos futuros - EDP Comercializadora	8.2 e 11	52.915	7.701	24.427	29.019	62.555	9.510	49.461	48.248
Atualização monetária dos depósitos judiciais									153
Total		52.915	7.701	24.427	29.019	62.555	9.510	49.461	48.401
Consolidado									
		Ativo				Passivo			
		Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Compromissos futuros - EDP Comercializadora	8.2 e 11	52.915	7.701	24.427	29.019	62.555	9.510	49.461	48.248
Receita de construção nas controladas de transmissão								10.689	11.714
Atualização monetária dos depósitos judiciais									153
Total		52.915	7.701	24.427	29.019	62.555	9.510	60.150	60.115

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

8.2 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

8.2.1 Composição

Natureza dos créditos	Controladora					
	Ativo Não circulante		Passivo Não Circulante		Resultado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	2021	2020
Prejuízos Fiscais	20.567	3.653			16.914	3.653
Base negativa da contribuição social	7.404	1.315			6.089	1.315
	27.971	4.968	-	-	23.003	4.968
Diferenças Temporárias						
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	1.103	2.874			(1.771)	1.550
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	271	265			6	5
Consumidores - ajuste a valor presente	(5)	(5)				(14)
Compromissos futuros - Instrumento Financeiro Derivativo	284.286	134.969	411.270	212.301	(49.652)	(77.332)
Outras	12.034	7.357	957	1.154	4.874	7.154
Total Diferenças Temporárias	297.689	145.460	412.227	213.455	(46.543)	(68.637)
Total bruto	325.660	150.428	412.227	213.455	(23.540)	(63.669)
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(325.660)	(150.428)	(325.660)	(150.428)		
Total	-	-	86.567	63.027		
	Consolidado					
Natureza dos créditos	Ativo Não circulante		Passivo Não Circulante		Resultado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	2021	2020
Prejuízos Fiscais	20.567	4.721			15.846	3.653
Base negativa da contribuição social	7.404	1.699			5.705	1.315
	27.971	6.420	-	-	21.551	4.968
Diferenças Temporárias						
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	1.103	2.874			(1.771)	1.550
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	271	319			(48)	59
Consumidores - ajuste a valor presente	(5)	(5)				(14)
Gastos Pré-operacionais		1.584			(1.584)	247
Atualização dos ativos da concessão		3.905			(3.905)	2.440
PIS e COFINS sobre ativos da concessão		3.514			(3.514)	2.637
Compromissos futuros - Instrumento Financeiro Derivativo	284.286	134.969	411.270	212.301	(49.652)	(77.332)
Outras	12.034	7.338	9.975	1.358	(3.921)	7.134
Total Diferenças Temporárias	297.689	154.498	421.245	213.659	(64.395)	(63.279)
Total bruto	325.660	160.918	421.245	213.659	(42.844)	(58.311)
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(325.660)	(150.632)	(325.660)	(150.632)		
Total	-	10.286	95.585	63.027		

8.2.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração da Companhia e das controladas elaboraram a projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, A Companhia e as controladas estimam recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

Controladora e Consolidado						
2022	2023	2024	2025	2026	2027 a 2029	Total Não Circulante
63.103	64.572	64.221	64.421	64.626	4.717	325.660

9 Adiantamentos a fornecedores e de cliente

	Controladora e Consolidado			
	Nota	Circulante		Não Circulante
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
Adiantamento a fornecedores	9.1	250.525	7.646	671
Adiantamento de cliente	9.2	644	7.984	645

9.1 Adiantamentos a fornecedores

O valor total de R\$250.525 em 31 de dezembro de 2021 (R\$8.317 em 31 de dezembro de 2020) de Adiantamentos a fornecedores são decorrentes de contrato de compras de energia da Companhia com: (i) a Energisa Comercializadora no valor de R\$525 (R\$8.317 em 31 de dezembro de 2020), firmado em novembro de 2018, cujo fornecimento ocorreu de forma sazonal entre janeiro de 2019 a dezembro de 2021 e a última parcela será liquidada em janeiro de 2022; e (ii) a Porto do Pecem no valor total de R\$250.000, firmado em dezembro de 2021, cujo fornecimento ocorrerá de forma sazonal entre julho e dezembro de 2022.

9.2 Adiantamento de cliente

O Adiantamento de cliente é decorrente de contrato de venda de energia no ACL junto à Energest, firmado em novembro de 2018, cujo fornecimento ocorreu de forma sazonal entre janeiro de 2019 a dezembro de 2021 e a última parcela será liquidada em janeiro de 2022.

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)
10 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para sua Controladora (Nota 19), de Adiantamento de clientes junto à Energest (Companhia sob controle comum) (Nota 9) e Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 10.4), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas Controladoras, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

Relacionamento	Duração	Controladora e Consolidado											
		Ativo				Passivo				Receitas (Despesas)			
		Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		Operacionais	Financeiras		
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	2021	2020	2020	
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC (Nota 10.4)													
EDP Transmissão Litoral Sul	Controle comum	16/08/2019 a indeterminado			133.000	12.755							
Consumidores e concessionárias (Nota 6)													
Venda de Energia Elétrica													
Enerpeixe	Controle comum	01/01/2019 a 31/12/2022	11.301							114.560	4.789		
Central Eólica Baixa do Feijão I	Parte Relacionada	01/01/2021 a 31/12/2021								126			
Central Eólica Baixa do Feijão II	Parte Relacionada	01/01/2021 a 31/12/2021								150			
Central Eólica Baixa do Feijão III	Parte Relacionada	01/01/2021 a 31/12/2021								138			
Central Eólica Baixa do Feijão IV	Parte Relacionada	01/01/2021 a 31/12/2021								136			
Central Eólica Jaú	Parte Relacionada	01/01/2021 a 31/12/2021								307			
Central Eólica Aventura I	Parte Relacionada	01/01/2021 a 31/12/2021								308			
Central Eólica Aventura III	Parte Relacionada	01/01/2021 a 31/12/2021								95			
Central Eólica Aventura V	Parte Relacionada	01/01/2021 a 31/12/2021								85			
Lajeado	Controle comum	01/01/2021 a 31/12/2021	6.597	4.397						105.807	34.751		
Lajeado	Controle comum	01/07/2020 a 31/12/2020		1.576							9.353		
Lajeado	Controle comum	01/01/2020 a 30/11/2020									68.739		
Energest	Controle comum	01/01/2013 a 31/12/2022	646	8.361						84.932	115.180		
Porto do Pecém	Controle comum	01/12/2020 a 15/11/2021	235	135.541						262.066	785.170		
EDP Smart Energia	Controle comum	01/07/2019 a 31/12/2022	14.583	7.115						124.149	65.448		
			33.362	156.990	133.000	12.755	-	-	-	692.859	1.083.430	-	-
Fornecedores (Nota 18)													
Suprimento de energia elétrica													
Energest	Controle comum	01/01/2013 a 31/12/2022					14.923	11.101		(244.084)	(181.455)		
Lajeado	Controle comum	12/12/2001 a 31/12/2022					17.327	16.238		(218.427)	(228.144)		
Enerpeixe	Controle Comum	01/01/2019 a 31/12/2022					30.701	13.438		(282.308)	(181.075)		
Central Eólica Aventura III	Parte Relacionada	01/10/2021 a 31/12/2021								(699)			
Central Eólica Aventura IV	Parte Relacionada	01/10/2021 a 31/12/2021					728			(14.551)			
Central Eólica Aventura V	Parte Relacionada	01/10/2021 a 31/12/2021								(11.367)			
São Manoel	Controle comum	01/05/2018 a 31/12/2038					2.924	2.884		(39.376)	(37.559)		
Porto do Pecém	Controle comum	01/01/2020 a 31/12/2020						43.108		(117.236)	(267.783)		
EDP Smart Energia	Controle comum	01/01/2021 a 31/12/2021					58			(14.887)			
P BARRETO I	Controle comum	01/10/2021 a 31/12/2036					6.417			(9.040)			
P BARRETO II	Controle comum	01/10/2021 a 31/12/2036								(2.547)			
P BARRETO III	Controle comum	01/10/2021 a 31/12/2036								(2.468)			
P BARRETO IV	Controle comum	01/10/2021 a 31/12/2036								(2.324)			
			-	-	-	-	73.078	86.769	-	(959.314)	(896.016)	-	-

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Relacionamento	Duração	Controladora e Consolidado										
			Ativo				Passivo				Receitas (Despesas)		
			Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		Operacionais	Financeiras	
31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	2021	2020	2020			
Compromissos futuros - Instrumento Financeiro Derivativo (Nota 11)													
Energest	Controle comum	01/01/2023 a 31/12/2024			43.493	3.548				2.182	42.127	1.366	
Energest	Controle comum	01/01/2013 a 31/12/2022	4.982				46.267	10.086		60.003	29.980	(70.089)	
Energest	Controle comum	01/01/2019 a 31/12/2021						1.176				(1.176)	
Enerpeixe	Controle comum	01/01/2023 a 31/12/2023											
Enerpeixe	Controle comum	01/01/2023 a 31/12/2025			140.900	44.224					96.676	44.224	
Enerpeixe	Controle comum	01/01/2019 a 31/12/2022	61.628	12.264		50.986	802				(2.424)	63.250	
Lajeado	Controle comum	01/01/2021 a 31/12/2021		448		6.339		570		1.372		4.845	
Lajeado	Controle comum	01/07/2021 a 31/12/2021		234				876		924		(1.566)	
Lajeado	Controle comum	01/01/2003 a 15/01/2033	28.746		30.266		1.495	527		2.673	57.438	(3.200)	
São Manoel	Controle comum	01/05/2018 a 31/12/2038	25.719	3.623	24.625	25.118					21.603	28.741	
EDP Smart Energia	Controle comum	01/12/2021 a 31/12/2028	23.846		6.868		18.973		19.436		(7.695)		
EDP Renováveis	Controle comum	01/12/2023 a 31/12/2038			94.576						94.576		
Central Eólica Aventura II	Controle comum	01/12/2022 a 31/12/2022					6.454				(6.454)		
Central Eólica Aventura III	Controle comum	01/12/2022 a 31/12/2022					7.605				(7.605)		
Central Eólica Aventura IV	Controle comum	01/12/2022 a 31/12/2022	820				4.655				(3.835)		
Central Eólica Aventura V	Controle comum	01/12/2022 a 31/12/2022	4.712								4.712		
Central Eólica Srmn I	Controle comum	01/12/2022 a 31/12/2022	2.663								2.663		
Central Eólica Jerusalém i	Controle comum	01/1/2023 a 31/12/2023			9.248						9.248		
Central Eólica Monte Verde I	Controle comum	01/7/2023 a 31/12/2023			3.490						3.490		
Central Eólica Monte Verde IV	Controle comum	01/7/2023 a 31/12/2023			5.049						5.049		
Central Eólica Monte Verde V	Controle comum	01/7/2023 a 31/12/2023			3.366						3.366		
Central Eólica Barreto I	Controle comum	01/10/2021 a 31/12/2036	35.367		44.639						80.006		
Porto do Pecém	Controle comum	01/02/2018 a 31/12/2021						10		21		(31)	
Porto do Pecém	Controle comum	01/07/2022 a 31/12/2022	48.455				48.455				31		
			236.938	16.569	406.520	130.215	134.706	13.245	19.436	67.175	422.952	66.364	-
Uso do sistema de transmissão													
Lajeado	Controle comum	01/01/2003 a 16/12/2032						1.494			(3.007)	(17.701)	
			-	-	-	-	-	1.494	-	-	(3.007)	(17.701)	-
			270.300	173.559	539.520	142.970	207.784	101.508	19.436	67.175	153.490	236.077	-



Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Relacionamento	Duração	Controladora e Consolidado									
			Ativo				Passivo				Receitas (Despesas)	
			Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		Operacionais	Financeiras
31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	2021	2020			
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 12)												
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (a)												
EDP - Energias do Brasil	Controladora	01/01/2019 a 31/12/2022			986	986			112	427	(1.821)	(3.262)
EDP Espírito Santo	Controle comum	01/08/2018 a 31/12/2021										
EDP São Paulo	Controle comum	01/08/2018 a 31/12/2021							119		(119)	
Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura (b)												
EDP - Energias do Brasil	Controladora	01/01/2015 a 31/12/2022							15	19	(346)	(442)
Opções de ações outorgadas da controladora (Nota 10.3.1)												
EDP - Energias do Brasil	Controladora	15/06/2016 a 18/06/2023							224	466	(30)	(169)
Prestação de serviços (c)												
Porto do Pacém	Controle Comum	01/07/2017 a 31/12/2021	14	14		32					182	189
Porto do Pacém	Controle Comum	01/10/2019 a 21/01/2020										
EDP Transmissão	Controle Comum (*)	03/10/2019 a 30/09/2022	83	34		36					444	465
Investco	Controle Comum	01/12/2019 a 30/11/2024	79			69					867	904
CEJA	Controle comum	01/10/2019 a 30/06/2022			45	43					540	569
Cachoeira Caldeirão	Controle comum	01/10/2019 a 30/06/2022			45	43					536	565
Enerpetix	Controle Comum	21/11/2019 a 20/11/2024			49	43					542	565
EDP Transmissão MA II	Controle Comum (*)	12/12/2019 a 11/12/2022	107	50		50					625	659
Energest	Controle Comum	01/12/2019 a 30/11/2024			111	106					1.325	1.396
EDP Smart Serviços	Controle Comum	01/12/2019 a 30/06/2022	4	69							50	73
São Manoel	Controle comum	28/10/2019 a 27/10/2024			49	44					539	569
EDP Transmissão MA I	Controle Comum (*)	14/10/2020 a 15/10/2023	95								442	327
EDP Transmissão SP-MG	Controle Comum	22/10/2020 a 21/10/2023										322
EDP Transmissão Aliança	Controle Comum	17/11/2020 a 17/11/2023	53								272	332
EDP Transmissão Litoral Sul	Controle Comum	17/11/2020 a 17/11/2023	85								319	
Elebrás	Parte Relacionada	01/01/2019 a 31/03/2023	23	49							198	219
Cenaeel	Parte Relacionada	01/01/2019 a 31/03/2023	4	10							39	43
Central Eólica Baixa do Feijão I	Parte Relacionada	01/01/2019 a 31/03/2023	9	21							85	94
Central Eólica Baixa do Feijão II	Parte Relacionada	01/01/2019 a 31/03/2023	9	21							85	94
Central Eólica Baixa do Feijão III	Parte Relacionada	01/01/2019 a 31/03/2023	9	21							85	94
Central Eólica Baixa do Feijão IV	Parte Relacionada	01/01/2019 a 31/03/2023	9	21							85	94
Central Eólica Jaú	Parte Relacionada	01/01/2019 a 31/03/2023	15	33							280	291
Central Eólica Aventura I	Parte Relacionada	01/01/2019 a 31/03/2023	16	20							141	83
Central Eólica Aventura II	Parte Relacionada	01/01/2019 a 31/03/2023	7								39	
Central Eólica Aventura III	Parte Relacionada	01/01/2019 a 31/03/2023	6								47	
Central Eólica Aventura IV	Parte Relacionada	01/01/2019 a 31/03/2023	9								55	
Central Eólica Aventura V	Parte Relacionada	01/01/2019 a 31/03/2023	9								55	
Babilônia I	Parte Relacionada	01/01/2019 a 31/03/2023										31
Babilônia II	Parte Relacionada	01/01/2019 a 31/03/2023										31
Babilônia III	Parte Relacionada	01/01/2019 a 31/03/2023										31
Babilônia IV	Parte Relacionada	01/01/2019 a 31/03/2023										31
Babilônia V	Parte Relacionada	01/01/2019 a 31/03/2023										31
SRMN I	Parte Relacionada	01/01/2019 a 31/03/2023	10								35	
SRMNII	Parte Relacionada	01/01/2019 a 31/03/2023	9								31	
SRMNIII	Parte Relacionada	01/01/2019 a 31/03/2023	11								35	
SRMNIV	Parte Relacionada	01/01/2019 a 31/03/2023	11								35	
SRMN V	Parte Relacionada	01/01/2019 a 31/03/2023	8								27	
P BARRE I	Parte Relacionada	01/01/2019 a 31/03/2023	20								27	
P BARRE II	Parte Relacionada	01/01/2019 a 31/03/2023	20								27	
P BARRE III	Parte Relacionada	01/01/2019 a 31/03/2023	20								27	
P BARRE IV	Parte Relacionada	01/01/2019 a 31/03/2023	20								27	
P BARRE V	Parte Relacionada	01/01/2019 a 31/03/2023	17								27	
Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice (d)												
EDP - Energias do Brasil	Controladora	01/01/2019 a 31/12/2024							109	201	(1.777)	(1.754)
Empréstimos a receber												
Contratos de mútuo - 100,3% do CDI												
EDP Transmissão Litoral Sul	Controle comum	30/01/2020 a 03/12/2023			7.741	7.308						
EDP - Energias do Brasil	Controladora	02/10/2020 a 01/10/2022										(224)
			791	363	9.026	8.760	-	-	579	1.113	4.082	2.475
			271.091	173.922	548.546	151.730	207.784	101.508	20.015	68.288	157.572	238.552

(*) Em 28 de dezembro de 2021, a controladora EDP - Energias do Brasil alienou as Companhias EDP Transmissão, EDP Transmissão MA I e EDP Transmissão MA II.

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

(a) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos: O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos das atividades compartilhadas entre a Companhia e a controladora em conjunto EDP - Energias do Brasil.

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente.

(b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da holding EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Companhia possui instalada sua matriz.

Em 28 de julho de 2015, por meio do Despacho nº 2.430, a ANEEL anuiu o pedido e estipulou a vigência de 48 meses a partir da data da publicação do Despacho. Entretanto, a Companhia foi autorizada a realizar o compartilhamento somente a partir de agosto de 2015. Em 16 de setembro de 2015, a EDP Espírito Santo solicitou à ANEEL anuência para os Termos de Quitação e Outras Avenças, objetivando aprovar os pagamentos referentes ao período de janeiro a julho, dos Contratos de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura, uma vez que foram anuídos sem retroatividade. O pedido foi anuído pela ANEEL em 25 de abril de 2016, por meio do Despacho nº 987/16.

Em 26 de janeiro de 2016 foi emitida a Resolução Normativa ANEEL nº 699 que apresentou novos critérios para os atos jurídicos entre partes relacionadas. Considerando a publicação da referida Resolução, que revogou a Resolução Normativa ANEEL nº 334/08, o Contrato de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura poderá sofrer alterações quando da sua renovação.

Em agosto de 2019 foi publicada a anuência da ANEEL, através do Despacho nº 2.636/2019, celebrando o contrato de compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura entre a EDP - Energias do Brasil e partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Energest, EDP Transmissão (*), EDP Transmissão Aliança SC, EDP Transmissão MA I (*), EDP Transmissão MA II (*) e EDP Transmissão SP-MG, com vigência de 29 meses, utilizando-se do critério regulatório previsto na Resolução Normativa nº 699/16.

Em 2021, foi assinado contrato de compartilhamento de Infraestrutura relacionados a nova sede da controladora EDP - Energias do Brasil. O contrato celebra o compartilhamento entre a controladora e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Energest, EDP Transmissão Aliança SC, EDP Transmissão Litoral Sul e EDP Transmissão SP-MG. Ambos os contrato tem vigência até 31 de dezembro de 2022.

Ainda em 2021, foram assinados dois contratos de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à unidade da Companhia localizada em São José dos Campos. Esses contratos celebram o compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura entre a EDP São Paulo e partes relacionadas EDP Trading Comercializadora, Porto do Pecém, Investco, Lajeado, EDP Smart Serviços, EDP Smart Soluções e EDP Smart Energia, já o segundo contrato com as partes EDP Energias do Brasil, EDP Espírito Santo, Energest, EDP Transmissão Aliança SC, EDP Transmissão Litoral Sul e EDP Transmissão SP-MG. Ambos os contratos tem vigência até 31 de dezembro de 2022. Com a alienação pela controladora EDP - Energias do Brasil, das Companhias EDP Transmissão (*), EDP Transmissão MA I (*) e EDP Transmissão MA II (*) em dezembro de 2021 foi firmado aditivo, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, onde as mesmas estarão excluídas do compartilhamento.

(c) Contrato de prestação de serviços: Estes contratos podem requerer adiantamentos a serem abatidos dos pagamentos quando da realização dos serviços.

Porto do Pecém

O contrato tem como objetivo a prestação de serviços na gestão de contratos de energia, processos de contratação de energia, suporte técnico nas análises da compra de energia, na necessidade de compras futuras e orientação do processo de compra, definições de estratégias, elaboração de edital, análise técnica e financeira das propostas e no acompanhamento de todas as obrigações junto a CCEE.

Investco, Energest, Enerpeixe e São Manoel

Os contratos tem por objetivo a prestação de serviços relacionados aos processos de operação da usina, bem como a interlocução junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS, pela Companhia. Os processos de operação estão divididos entre serviços de pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normatização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações. Os contratos possuem vigência de 60 meses, entre 21 de novembro e 01 de dezembro de 2019 com término entre 20 de novembro e 30 de novembro de 2024. Já a São Manoel, o contrato foi firmado pelo período de 60 meses contados a partir de 28 de outubro de 2019 com término em 27 de outubro de 2024.

CEJA, Cachoeira Caldeirão, EDP Transmissão (*) e EDP Transmissão MA II (*)

Os contratos tem por objetivo a prestação de serviços relacionados aos processos de operação da usina, das linhas, subestações e equipamentos associados, bem como a interlocução junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS, com vigência de 36 meses, a partir de 1º de janeiro de 2019 e término em 31 de dezembro de 2022, pela EDP - Energias do Brasil como cedente, tendo como cessionária a EDP Trading Comercializadora, sendo que um aditivo foi firmado em 1º de outubro de 2019, quando do início das prestações de serviços, passando a EDP Trading Comercializadora para cedente. Os processos de operação estão divididos entre serviços de pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normatização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações.

As partes CEJA e Cachoeira Caldeirão celebraram o primeiro termo aditivo com vigência de 6 meses, a partir de 1º de janeiro de 2022 até 30 de junho de 2022.

EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão MA I (*), EDP Transmissão SP- MG e EDP Transmissão Litoral Sul

Foi anuída pela ANEEL os seguintes Despachos, relacionados a celebração do contrato de Prestação de serviços, referente a operação remota na modalidade "Tempo Real", em regime de turnos contínuos de 24 horas, durante os 7 dias da semana, pelo prazo de 36 meses: (i) Despacho nº 1.962, de 3 de julho de 2020 com a EDP Transmissão Aliança no valor global do contrato de R\$1.726; (ii) Despacho nº 2.943, de 14 de outubro de 2020 com a EDP Transmissão MA I (*) no valor global do contrato de R\$1.769; (iii) Despacho nº 3.036, de 22 de outubro de 2020 com a EDP Transmissão SP-MG no valor global do contrato de R\$1.785; e (iv) Despacho nº 588, de 03 de março de 2021 com a EDP Transmissão Litoral Sul no valor global do contrato de R\$1.573.

EDP Smart Serviços

Os contratos tem por objetivo a prestação de serviços relacionados aos processos de operação Remota na modalidade "Tempo Real", em regime de turnos contínuos de vinte e quatro horas, durante os sete dias da semana. O contrato possui vigência até 30 de junho de 2022.

(d) Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *backoffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc..

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente, e envolve as seguintes partes relacionadas: EDP - Energias do Brasil e suas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado e Porto do Pecém.

Em 10 de dezembro de 2019 o contrato de compartilhamento de BackOffice foi anuído pela ANEEL, por meio do Despacho nº 3.399, onde sua vigência será referente aos exercícios de 2019 a 2021 para a EDP - Energias do Brasil e suas partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Porto do Pecém, EDP Transmissão (*), EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão MA I (*), EDP Transmissão MA II (*) e EDP Transmissão SP-MG. Com a alienação da EDP Transmissão, EDP Transmissão MA I e EDP Transmissão MA II em dezembro de 2021, a partir de 2022 as mesmas estarão excluídas do compartilhamento, fato que foi firmado em aditivo contratual. O critério de rateio considera os mesmos direcionadores mencionados acima, suportado por consultoria especializada independente. Esses contratos são dispensados de anuência prévia da ANEEL, uma vez que os valores de desembolso das empresas participantes se enquadrarem nos limites de dispensa. O contrato de compartilhamento de atividades de backoffice teve seu aditivo firmado em dezembro de 2021, estendendo sua vigência até 31 de dezembro de 2024.

(*) Em 28 de dezembro de 2021, a controladora EDP - Energias do Brasil alienou as Companhias EDP Transmissão, EDP Transmissão MA I e EDP Transmissão MA II.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

10.1 Controladora direta e final

A controladora direta da Companhia é a EDP - Energias do Brasil, sendo esta controlada pela EDP – Energias de Portugal S.A.

10.2 Compromissos contratuais

A Companhia possui dois contratos de compra no Ambiente de Contratação Livre - ACL junto a Lajeado Energia (controlada da EDP - Energias do Brasil) de: (i) 64 MWm com início de suprimento em 1º janeiro de 2022 e término em 31 de dezembro de 2024; e (ii) 50 MWm com início de suprimento em 1º janeiro de 2025 e término em 31 de dezembro de 2025.

Possui também um contrato de venda de energia no Ambiente de Contratação Livre - ACL junto a Lajeado Energia (controlada da EDP - Energias do Brasil) de: (i) 10 MWm com início de suprimento em 1º janeiro de 2022 e término em 31 de dezembro de 2022.

A Companhia possui quatro novos contratos de compra de energia no Ambiente de Contratação Livre - ACL junto a Energest (controlada da EDP - Energias do Brasil) de: (i) 20 MWm com início de suprimento em 1º de janeiro de 2022 e término em 31 de dezembro de 2022; (ii) 30 MWm com início de suprimento em 1º de janeiro de 2023 e término em 31 de dezembro de 2023; (iii) 45 MWm com início de suprimento em 1º de janeiro de 2023 e término em 31 de dezembro de 2023; e (iv) 70 MWm com início de suprimento em 1º de janeiro de 2024 e término em 31 de dezembro de 2024.

A Companhia possui cinco contratos de compra de energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL) junto a Enerpeixe (controlada da EDP - Energias do Brasil) de: (i) no montante de 75 MWm com início de suprimento em 1º de janeiro de 2023 e término em 31 de dezembro de 2023; (ii) no montante de 55,2 MWm com início de suprimento em 1º de janeiro de 2023 e término em 31 de dezembro de 2023; (iii) no montante de 60 MWm com início de suprimento em 1º de janeiro de 2024 e término em 31 de dezembro de 2024; (iv) no montante de 50 MWm com início de suprimento em 1º de janeiro de 2025 e término em 31 de dezembro de 2025; e (v) no montante de 30 MWm com início de suprimento em 1º de janeiro de 2024 e término em 31 de dezembro de 2025.

Possui também dois contratos de venda de energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL) junto a Enerpeixe (controlada da EDP - Energias do Brasil) de: (i) no montante de 11 MWm com início de suprimento em 1º de abril de 2022 e término em 30 de novembro de 2022; e (ii) no montante de 50 MWm com início de suprimento em 1º de janeiro de 2025 e término em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia possui um novo contrato de compra de energia no Ambiente de Contratação Livre - ACL junto a São Manoel (controlada parcial da EDP - Energias do Brasil) de: (i) 11 MWm com início de suprimento em 1º janeiro de 2022 e término em 31 de dezembro de 2022.

10.3 Remuneração dos administradores

10.3.1 Opções de ações outorgadas da controladora EDP - Energias do Brasil

Entre os anos de 2017 e 2021, a controladora EDP - Energias do Brasil instituiu planos de remuneração baseado em ações, com características semelhantes, os quais concedem outorga futura de suas ações aos seus beneficiários. Dentre os contemplados, encontram-se diretores estatutários da Companhia, sendo estimado no resultado de 2021 o montante de R\$30 (R\$169 em 2020) a ser reembolsado para a controladora no momento da outorga. Os montantes estimados apenas serão considerados como remuneração da diretoria estatutária no quadro abaixo quando da efetiva outorga das ações da controladora.

A outorga das ações serão concedidas quando do cumprimento de determinadas condicionantes no prazo estimado de 3 ou 5 anos a partir do início de cada plano.

10.3.2 Remuneração anual total da Diretoria Estatutária pagos pela Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro

	Controladora	
	Diretoria Estatutária	
	2021	2020
Remuneração (a)	1.285	1.665
Benefícios de curto prazo (b)	12	32
Benefícios - Previdência privada	12	37
Total	1.309	1.734

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

10.4 Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

A movimentação do AFAC no exercício é a seguinte:

Passivo	
SalDOS em 31 de dezembro de 2020	12.755
Aumento de Capital social - EDP Transmissão Litoral Sul	(12.755)
AFAC's realizados no exercício - EDP Transmissão Litoral Sul	133.000
AFAC's realizados no exercício - EDP Transmissão Norte	10.950
Aumento de Capital social - EDP Transmissão Norte	(10.950)
SalDOS em 31 de dezembro de 2021	133.000

Os AFACs não possuem qualquer tipo de remuneração, tendo a Companhia assumido o compromisso de utilizar tais valores exclusivamente na integralização de seu Capital social a ser aprovado na próxima Assembleia de aprovação do resultado anual.

11 Compromissos futuros - Marcação a mercado de Instrumento Financeiro Derivativo

Os contratos celebrados pela Companhia visam a comercialização de energia elétrica de acordo com os requisitos das Regras de Comercialização, regulamentadas pela ANEEL, aplicáveis à todos os agentes registrados na CCEE. Essas transações são mantidas para recebimento ou entrega até a data de liquidação da operação prevista no contrato, de acordo com os requisitos contratuais de compra e venda. Em 2020, a Companhia identificou e julgou que ocorreram mudanças relevantes no mercado de energia, assim como alterações em sua própria metodologia de risco e estratégia na intermediação comercial entre geradoras e clientes finais.

Nesse sentido, a Companhia avalia seus contratos, sob a ótica do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, julgando que os mesmos não se destinam apenas a entrega da energia ("uso próprio", conforme termo utilizado pelo CPC 48), mas para a geração de valor na intermediação financeira, no que se refere a compra e venda de item não financeiro (energia), podendo ser liquidados pelo seu valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro. Portanto, desde de 2020, a Companhia passou a reconhecer de forma integral as curvas compradas e vendidas de energia de seu portfólio (no limite da venda). Estes contratos de compromissos futuros são mensuradas ao valor justo pela utilização de curva de *forward* com as melhores informações disponíveis e observáveis, assim sendo, considerado no resultado a Marcação a Mercado (MtM) de Instrumento Financeiro Derivativo.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Nesta mensuração, são consideradas as sensibilidades do PLD, sendo avaliado o portfólio de operações contendo curvas forward de preço de energia, representada pela Dcide (empresa do setor para cálculo de curvas futuras de preço da energia), além do direito dos clientes de usar entre 90% e 110% do contratado, sob o mesmo preço, ou tendo desconto caso não consumam os 100%. O resultado destes contratos determinado como o diferencial, para cada prazo, entre os preços dos contratos bilaterais de compra e venda de energia e a respectiva valorização por marcação a mercado utilizando curvas de preço *forward*. A metodologia adotada é um VaR (*Value at Risk*) com 95% de confiança que considera uma curva *forward* de preços de mercado, a exposição do portfólio (diferença entre compra e venda) e a volatilidade e liquidez observadas no mercado livre para cada período.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a realização do valor justo dos referidos contratos, por meio da liquidação entre compra e venda de energia, gerou receita líquida das despesas no montante de R\$146.039 (R\$264.166 em 31 de dezembro 2020) registrado no resultado do exercício de 2021 (Nota 23).

A movimentação dos compromissos futuros é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2020	AVP	Adição	Efeito Exposição	Contrato Encerrado	Parcela Realizada	Saldo em 31/12/2021
Compromissos futuros	227.446	18.766	64.295	62.801	(16.536)	16.713	373.485
Pis/Cofins Diferidos	(21.191)	(1.736)	(5.922)	(5.809)	1.530	(1.546)	(34.674)
Total	206.255	17.030	58.373	56.992	(15.006)	15.167	338.811

12 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

Nota	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Outros créditos - Ativo								
						17		
Ressarcimento de custos – CDE/ RGR								
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	10	791	363	1.285	1.452	706	363	1.287
Outros		43	24		625	261	331	626
Total		834	387	1.285	2.077	984	694	2.078
Outras contas a pagar - Passivo								
		1.274	275			1.274	275	
Credores diversos - consumidores e concessionárias			263	271				
Folha de pagamento								
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	10			579	1.113			2.121
Arrendamentos e aluguéis		345	292	1.603	92	443	480	1.603
Obrigações Sociais e Trabalhistas	12.1	2.832	2.954			3.407	3.144	
Outros			19	1.097	1.050	761	273	1.781
Total		4.714	3.766	3.550	2.255	5.885	4.172	5.505

12.1 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

13 Cauções e depósitos vinculados

Nota	Controladora				Consolidado						
	Saldo em 31/12/2020	Adição	Atualização	Resgate	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020	Adição	Atualização	Resgate	Saldo em 31/12/2021	
Depósitos judiciais	21.1.2	10.936	1	237	(1.318)	9.856	11.611	7.695	410	(1.704)	18.012
Outros cauções		1.377	1.383	81	(1.379)	1.462	1.380	1.391	81	(1.381)	1.471
Total		12.313	1.384	318	(2.697)	11.318	12.991	9.086	491	(3.085)	19.483
Circulante		1.377				1.460	1.377				1.460
Não Circulante		10.936				9.858	11.614				18.023

14 Ativos da concessão

O CPC emitiu em 2009 com alterações posteriores, a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. Esta interpretação foi aprovada pela Deliberação CVM nº 677/11.

A ICPC 01 (R1) é aplicável aos contratos de concessão público-privado nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura. Desta forma, esta interpretação é aplicável ao Contrato de Concessão da controlada.

De acordo com a ICPC 01 (R1), os ativos da infraestrutura enquadrados nesta interpretação não podem ser reconhecidos como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, sendo reconhecidos de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente, que são o modelo do ativo financeiro, do ativo intangível e o bifurcado.

• Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura da concessão.

• Modelo do ativo intangível

Este modelo é aplicável quando o concessionário, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização da infraestrutura pelos usuários por meio da prestação de serviço.

• Modelo bifurcado

Este modelo aplica-se quando a concessão inclui, simultaneamente, compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão, cobrados dos usuários.

As controladas são remuneradas por meio: (i) da RAP, instituída pelo Poder Concedente e cobrada dos usuário da Rede Básica, que é composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado nas construções das instalações de transmissão) e por uma parcela que remunera a operação e a manutenção da rede de transmissão; e (ii) eventual valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão. Assim, como a remuneração independe do nível de utilização da infraestrutura, as controladas se enquadram no modelo do ativo financeiro.

O modelo de ativo financeiro estabelece que a receita do contrato de concessão seja reconhecida de acordo com os critérios do CPC 47. Nesse sentido, as controladas reconhecem receita de construção da infraestrutura da concessão com margem proporcionalmente ao avanço da obra pelo método do custo, considerando cumprimento da performance requerida pelo contrato de concessão.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Com isso, o ativo tem a natureza de “ativo de contrato” até a emissão mensal da permissão de faturamento da RAP pelo ONS, quando o montante correspondente é reclassificado para o Ativo Financeiro. Isto porque as controladas ainda detêm obrigações contratuais de desempenho a cumprir durante a concessão. Além da Receita de Construção da Infraestrutura da Concessão, a RAP contém a função de remunerar o serviço de O&M e quitar parcela da Receita de Juros. A formação do ativo contratual das transmissoras é uma estimativa contábil, sendo as premissas utilizadas pela controlada apresentadas na nota explicativa 23 - Receitas.

No advento do termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo dos Ativos da Concessão e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. As controladas consideram que não estão expostas a um elevado risco de crédito, conforme critérios detalhados na nota 29.2.3.

A movimentação das controladas no exercício é a seguinte:

Consolidado								
	Valor líquido em 31/12/2020	Adições (Notas 23 e 24)	Remuneração (Nota 23)	Baixas	Juros Capitaliza-dos (Notas 23 e 24)	Margem na construção (Nota 23)	Outros	Valor líquido em 31/12/2021
Ativos da concessão	126.498	159.133	23.314	(379)	(82)	(35.276)	19.602	292.810
	<u>126.498</u>	<u>159.133</u>	<u>23.314</u>	<u>(379)</u>	<u>(82)</u>	<u>(35.276)</u>	<u>19.602</u>	<u>292.810</u>
Circulante	262							29.614
Não circulante	126.236							263.196

Do saldo total de R\$292.810 em 31 de dezembro de 2021, R\$284.391 (R\$126.498 em 31 de dezembro de 2020) representa a conclusão de 80,5% do investimento previsto para o projeto (37% em 31 de dezembro de 2020), da controlada EDP Transmissão Litoral Sul, e para a controlada EDP Transmissão Norte o valor de R\$8.419 representa a conclusão de 1,6% do investimento previsto para o projeto, ambos acrescidos de Margem de Construção, Remuneração e PIS/COFINS.

A Margem de Construção negativa representa um *mark up* de -23,72% sobre o custo de construção sendo reflexo do atraso na entrada em operação comercial previsto no contrato de concessão, que seria em 27 de junho de 2020 para a controlada EDP Transmissão Litoral Sul. Com isso, os meses em que a Linha de Transmissão não operar não serão devidas cobranças de RAP pela controlada EDP Transmissão Litoral Sul.

15 Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, o investimento na EDP Transmissão Litoral Sul e na EDP Transmissão Norte, nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, acompanhada de uma participação de 100% dos direitos a voto (capital votante), é avaliado por equivalência patrimonial. A existência e o efeito de possíveis direitos a voto prontamente praticáveis ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. A consolidação poderá cessar a partir da data em que a Companhia não mais obtiver o controle das investidas.

15.1 Movimentação dos investimentos

	31/12/2020	Adições	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2021	% Participação direta	
					31/12/2021	31/12/2020
Investimentos						
Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia - BBCE (*)	470			470		
EDP Transmissão Litoral Sul	54.862	52.755	(4.132)	103.485	100,00	100,00
EDP Transmissão Litoral Sul (Valor Justo do Investimento)	63.851			63.851		
EDP Transmissão Norte		10.951	(118)	10.833	100,00	
Total	<u>119.183</u>	<u>63.706</u>	<u>(4.250)</u>	<u>178.639</u>		

(*) Refere-se ao montante de 2002 ações da BBCE - Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia, que atua nos processos de comercialização e *backoffice* dos agentes do Ambiente de Contratação Livre - ACL. O investimento está reconhecido ao custo de aquisição.

15.2 Participação direta do investimento

	EDP Transmissão Litoral Sul		EDP Transmissão Norte
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021
Ações / Quotas possuídas pela Companhia (Mil)			
Ordinárias	75.000	75.000	1
Preferenciais			
% de participação da Companhia			
Capital social integralizado	100	100	100
Capital votante	100	100	100
Ativos totais	307.291	143.271	14.430
Passivos (Circulantes e Não circulantes)	203.805	88.409	14.547
Patrimônio líquido	103.486	54.862	(117)
Receitas	168.104	76.098	8.112
Prejuízo do exercício	(4.131)	(10.573)	(118)

15.3 Reconciliação das demonstrações financeiras do Investimento

	EDP Transmissão Litoral Sul		EDP Transmissão Norte
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021
Patrimônio líquido - Saldo inicial	54.862	5.044	
Aquisição de investimentos	72.892	69.956	10.951
Prejuízo do exercício	(24.269)	(20.138)	(118)
Patrimônio líquido - Saldo final	<u>103.485</u>	<u>54.862</u>	<u>10.833</u>
Percentual de participação societária - %	100%	100%	100%
Participação nos investimentos	103.485	54.862	10.833
Valor Justo do Investimento	63.851	63.851	
Outros investimentos	470	470	
Saldo contábil do investimento na Controladora	<u>167.806</u>	<u>119.183</u>	<u>10.833</u>

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

		Consolidado				
		Valor líquido em 31/12/2020	Ingressos	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações	Valor líquido em 31/12/2021
Imobilizado em serviço						
	Edificações, obras civis e benfeitorias	24			(2)	22
	Máquinas e equipamentos	5.690		46	(650)	5.086
	Móveis e utensílios	165			(16)	149
	Total do imobilizado em serviço	5.879	-	46	(668)	5.257
Ativos de direito de uso						
	Edificações, obras civis e benfeitorias	16.2.1	249	1.703	(375)	1.577
	Veículos		409	27	(366)	70
	Total Ativos de direito de uso	658	1.730	-	(741)	1.647
Imobilizado em curso						
	Edificações, obras civis e benfeitorias		24			24
	Máquinas e equipamentos	16.2.2	2.117	3.746	(46)	5.817
	Total do imobilizado em curso	2.141	3.746	(46)	-	5.841
	Total do imobilizado	8.678	5.476	-	(1.409)	12.745

16.2.1 Edificações, obras civis e benfeitorias - Ingressos

O valor de ingressos em Edificações, obras civis e benfeitorias refere-se principalmente ao novo prédio da Controladora localizada em São Paulo, utilizado pela Companhia como uma de suas filiais.

16.2.2 Máquinas e equipamentos - Ingressos

O montante de R\$3.746 refere-se a aquisição de Centro de Operações Integradas - COI nas novas instalações da Controladora localizada em São José dos Campos, utilizado pela Companhia como uma de suas filiais.

17 Intangível

Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

17.1 Composição do intangível

		Controladora							
		31/12/2021				31/12/2020			
		Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço									
	Administração								
	Software	20,00	11.592	(7.781)	3.811	20,00	7.429	(5.476)	1.953
	Total do Intangível em Serviço		11.592	(7.781)	3.811		7.429	(5.476)	1.953
Intangível em curso									
	Software		6.128		6.128		6.618		6.618
	Total do Intangível em Curso		6.128	-	6.128		6.618	-	6.618
	Total do intangível		17.720	(7.781)	9.939		14.047	(5.476)	8.571
		Consolidado							
		31/12/2021				31/12/2020			
		Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço									
	Direito de concessão - Transmissão		63.851		63.851		63.851		63.851
			63.851	-	63.851		63.851	-	63.851
	Administração								
	Software	20,00	11.592	(7.781)	3.811	20,00	7.429	(5.476)	1.953
			11.592	(7.781)	3.811		7.429	(5.476)	1.953
	Total do Intangível em Serviço		75.443	(7.781)	67.662		71.280	(5.476)	65.804
Intangível em curso									
	Comercialização								
	Software		6.128		6.128		6.618		6.618
	Total do Intangível em Curso		6.128	-	6.128		6.618	-	6.618
	Total do intangível		81.571	(7.781)	73.790		77.898	(5.476)	72.422

17.2 Movimentação do intangível

		Controladora				
		Valor líquido em 31/12/2020	Ingressos	Transferência para intangível em serviço	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2021
Intangível em serviço						
	Software	1.953		4.163	(2.305)	3.811
	Total do intangível em serviço	1.953	-	4.163	(2.305)	3.811
Intangível em curso						
	Software	17.2.1	6.618	3.673	(4.163)	6.128
	Total do Intangível em Curso	6.618	3.673	(4.163)	-	6.128
	Total do intangível	8.571	3.673	-	(2.305)	9.939

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Nota	Consolidado				
	Valor líquido em 31/12/2020	Ingressos	Transferência para intangível em serviço	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2021
Intangível em serviço					
Software	1.953		4.163	(2.305)	3.811
Direito de concessão - Transmissão	63.851				63.851
Total do intangível em serviço	65.804	-	4.163	(2.305)	67.662
Intangível em curso					
Software	6.618	3.673	(4.163)		6.128
Total do Intangível em Curso	6.618	3.673	(4.163)	-	6.128
Total do intangível	72.422	3.673	-	(2.305)	73.790

17.2.1 Softwares - Ingressos

O montante de R\$3.673 refere-se, substancialmente, a aquisição de *software* energia 4.0, a licença de *software* (SAP), e ao projeto projeto de infraestrutura de TI.

18 Fornecedores

Nota	Controladora		Consolidado	
	Circulante		Circulante	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Suprimento de energia elétrica	213.568	429.474	213.568	429.474
Encargos de uso da rede elétrica		1.494		1.494
Operações CCEE	937	40.751	937	40.751
Materiais e serviços	4.056	3.420	41.499	44.824
Total	218.561	475.139	256.004	516.543

O valor total referente as garantias de fornecedores mencionados acima é de R\$281.364 em 31 de dezembro de 2021 (R\$202.415 em 31 de dezembro de 2020).

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

18.1 Suprimento de energia elétrica

O saldo em 31 de dezembro de 2021 de R\$213.568 com relação a 31 de dezembro de 2020 de R\$429.474, refere-se principalmente a estratégia de proteção do portfólio da Companhia conforme nota 6.1, ocasionando no menor volume de compras no exercício.

18.2 Operações CCEE

A redução observada no exercício de 2021 quando comparado ao exercício de 2020, reflete a estratégia adotada pela Companhia, conforme mencionado na nota 6.2, que realizou menos vendas e consequente compras e, por conta substancialmente do PLD elevado em 2021.

18.3 Materiais e serviços

Do montante em 31 de dezembro de 2021 de R\$41.499 no consolidado, R\$35.354 é composto principalmente por fornecedores da obra de construção da linha de transmissão da controlada EDP Transmissão Litoral Sul, e apresentou redução uma vez que, o avanço físico da obra para o mês de dezembro de 2021 foi menor quando comparado a 2020, com percentual de andamento 4% e 7%, respectivamente, sendo principalmente a variação devido a efetivação dos custos de construção de postes e estruturas metálicas das torres.

19 Dividendos

Desde de 13 de fevereiro de 2020, os dividendos e os Juros sobre o capital próprio - JSCP são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica contra o patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito.

Dividendos mínimos obrigatórios

Foi aprovada em AGO, realizada em 30 de abril de 2021, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 da seguinte forma: (i) R\$889 como Reserva Legal; (ii) R\$27.868 como dividendos mínimos obrigatórios; (iii) R\$83.603 como Reserva de Retenção de Lucros, com a finalidade de investimentos na linha de transmissão e preservação de caixa perante a volatilidade nos preços de mercado causado pelo risco do risco hidrológico. Os dividendos foram pagos integralmente em 03 de novembro de 2021.

JSCP

Em 23 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de JSCP do exercício de 2021 no montante bruto de R\$14.623, sendo R\$12.430 líquido de Imposto de renda, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

Segue abaixo a movimentação dos dividendos no exercício:

EDP - Energias do Brasil	Controladora e Consolidado				
	Complementares				
	31/12/2020	(Nota 22.2)	JSCP	Pagamentos	31/12/2021
	27.868	1.814	12.430	(27.868)	14.244
	27.868	1.814	12.430	(27.868)	14.244

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

20 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

20.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Moeda nacional	Companhia	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Controladora e Consolidado										
											31/12/2021					31/12/2020					
											Encargos		Principal			Encargos		Principal			
											Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total	
MFUG - Cédula de Câmbio (*)	EDP Trading Comercializadora	150.000	25/07/2019	150.000	25/07/2019 a 22/07/2021	Implantação do projeto de transmissão da Controlada EDP Transmissão Litoral Sul	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado trimestralmente em Março, Junho, Setembro e Dezembro.	CDI + 0,44% a.a. até 21/07/2021 e CDI + 1,89% a.a. até 22/07/2021	Principal e juros com parcela única ao final do contrato	a. Nota Promissória e b. Aval EDP - Energias do Brasil	-	2.545	150.000	152.545							
EDP - Energias do Brasil S.A.	EDP Trading Comercializadora	90.000	02/10/2020	90.000	02/10/2020 a 01/10/2024	Contratos de Mútuo		100,3% CDI	Principal e juros com parcela única ao final do contrato			4.132	90.000	94.132		224	90.000	90.224			
MFUG - Cédula de Câmbio	EDP Trading Comercializadora	200.000	05/04/2021	200.000	05/04/2021 a 05/04/2022	Implantação do projeto de transmissão da Controlada EDP Transmissão Litoral Sul		CDI + 0,65% a.a.	Principal e juros com parcela única ao final do contrato	a. Nota Promissória e b. Aval EDP - Energias do Brasil	8.648	200.000	208.648							-	
MFUG - Cédula de Câmbio	EDP Trading Comercializadora	100.000	09/09/2021	100.000	09/09/2021 a 09/03/2023	Implantação do projeto de transmissão da Controlada EDP Transmissão Litoral Sul		CDI + 0,99% a.a.	Principal à partir 09/09/2022 em parcelas semestrais e juros parcelas semestrais	Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	2.433	50.000	50.000	102.433							-
MFUG - Cédula de Câmbio	EDP Trading Comercializadora	250.000	12/11/2021	250.000	12/11/2021 a 13/11/2023	Implantação do projeto de transmissão da Controlada EDP Transmissão Litoral Sul		CDI + 1,165% a.a.	Principal no final e juros parcelas anuais	Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	3.088		250.000	253.088							-
Total											14.169	4.132	250.000	390.000	688.301	2.545	224	150.000	90.000	242.769	

(*) Conforme Alteração nº1 do Contrato de crédito junto ao MUFG, foi deliberada: (i) a prorrogação do vencimento para 22/07/2021; e (ii) alteração dos juros remuneratórios para CDI + 1,89% a.a. a partir de 22/07/2020.

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas previstas nos contratos de empréstimos e financiamentos.

O valor total referente as garantias de empréstimos e financiamentos mencionados acima em 31 de dezembro de 2021 na Companhia é de R\$564.169 (R\$150.000 em 31 de dezembro de 2020).

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

20.2 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Controladora e Consolidado					Valor líquido em 31/12/2021
	Valor líquido em 31/12/2020	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	
Circulante						
Principal	150.000	200.000	(150.000)		50.000	250.000
Juros	2.545		(6.521)	18.145		14.169
	152.545	200.000	(156.521)	18.145	50.000	264.169
Não circulante						
Principal	90.000	350.000			(50.000)	390.000
Juros	224			3.908		4.132
	90.224	350.000	-	3.908	(50.000)	394.132

20.3 Vencimento das parcelas

Controladora e Consolidado	
Circulante	
2022	264.169
	264.169
Não circulante	
2023	300.000
2024	94.132
	394.132
Total	658.301

21 Provisões

	Controladora		Consolidado			
	Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Provisões cíveis e outros	1.162	1.122			1.598	1.282
Licenças ambientais			4.685	7.350		6.467
Total	1.162	1.122	4.685	7.350	1.598	7.749

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

21.1 Provisões cíveis, fiscais e outros

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data nas demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

21.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

		Controladora						Ativo	
		Passivo			Baixas			Depósito Judicial	
Nota	Saldo em 31/12/2020	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020	
Cíveis	-	81	(37)	(44)		-			
Fiscais	21.1.1.1	780			18	798	371	371	
Outros		342	11	(11)	36	364			
Total Não circulante		1.122	92	(48)	(58)	54	1.162	371	

		Consolidado						Ativo	
		Passivo			Baixas			Depósito Judicial	
Nota	Saldo em 31/12/2020	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020	
Cíveis	21.1.1.2	159	450	(205)	(44)	75	435	3.117	
Fiscais	21.1.1.1	780			18	798	371	371	
Outros		343	11	(11)	36	365			
Total Não circulante		1.282	461	(216)	(58)	129	1.598	3.488	

O valor total referente as garantias de provisões prováveis em 31 de dezembro de 2021 na Companhia é de R\$162 (R\$1.160 em 31 de dezembro de 2020).

21.1.1.1 Fiscais

Processo judicial da Companhia em face da Receita Federal, objetivando o cancelamento da multa de PIS e COFINS do período de 2004 e reconhecimento da denúncia espontânea, sendo que o débito está garantido por depósito judicial. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2021 é de R\$628 (R\$615 em 31 de dezembro de 2020). Atualmente aguarda-se o cumprimento da sentença e conversão do depósito.

Processos judiciais entre a Companhia e o Estado do Rio Grande do Sul, os quais discutem a cobrança do ICMS substituição tributária referente aos períodos de 2008 a 2013. O valor em 31 de dezembro de 2021 é de R\$170 (R\$165 em 31 de dezembro de 2020). Atualmente, os processos aguardam o julgamento dos recursos nos Tribunais Superiores.

21.1.1.2 Cíveis

Referem-se, em sua totalidade, a processos relativos à indenizações a título de desapropriações propostas pela controlada EDP Transmissão Litoral Sul para a construção da linha de transmissão.

Notas explicativas
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)**
21.1.2 Risco de perda possível

Nota	Controladora		Controladora		Consolidado		Consolidado		
			Ativo				Ativo		
			Depósito Judicial		Consolidado		Depósito Judicial		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
Trabalhistas									
Cíveis	21.1.2.1	43.318	36.034	9.111	8.880	43.318	36.034	9.111	8.880
Fiscais	21.1.2.2	40.726	42.640	44	1.361	41.077	42.979	44	1.361
Total		84.044	78.674	9.155	10.241	84.395	79.013	9.155	10.241

O valor total referente as garantias de possíveis prováveis em 31 de dezembro de 2021 na Companhia é de R\$1.012 (não houve saldo em 31 de dezembro de 2020).

21.1.2.1 Cíveis

• A Companhia impetrou o mandado de segurança nº 0004449-79.2004.4.01.3400 com pedido de liminar contra a ANEEL, atualmente em trâmite perante a 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da Primeira Região em Brasília, visando a suspensão do encargo a ser destinado à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, cobrada pela Resolução da ANEEL nº 12/04, em razão da Companhia não ser mais o sujeito passivo do encargo, conforme artigo 13 da Lei nº 10.438/02 e MP nº 144/03, sendo atribuído aos consumidores finais. Em setembro de 2006 foi publicada sentença que julgou o pedido improcedente. A Companhia interpôs recurso de apelação e aguarda julgamento desde fevereiro de 2007. O montante estimado atualizado da ação em 31 de dezembro de 2021 é de R\$26.003 (R\$20.818 em 31 de dezembro de 2020) e o valor do depósito em 31 de dezembro de 2021 é de R\$9.111 (R\$8.880 em 31 de dezembro de 2020).

• Processo nº 20000-84.2013.4.01.3400 - Ação Ordinária proposta no ano de 2013 pela ABRACEEL, representando todas as suas associadas, em face da União, objetivando a nulidade dos artigos 2º e 3º e do Anexo da Resolução CNPE nº 03/2013, tornando inválida a referida resolução na parte que inclui os agentes de comercialização, representados pela autora, nos rateio entre todos os agentes do mercado de energia elétrica de parte dos custos incorridos com a excessiva utilização de energia proveniente de fontes térmicas (petróleo, carvão e gás), em decorrência da escassez do regime de chuvas (Encargo de Serviço do Sistema – ESS). A ABRACEEL obteve a liminar para suspender os efeitos. Em 2014 foi proferida sentença favorável, afastando a aplicabilidade dos arts 2º e 3º do Anexo da Resolução CNPE nº 03/2013 em relação às empresas representadas pela ABRACEEL. Em 2º grau houve decisão favorável à ABRACEEL e atualmente aguarda-se julgamento dos recursos interpostos pela União. O montante estimado atualizado da ação em 31 de dezembro de 2021 é de R\$3.882 (R\$3.108 em 31 de dezembro de 2020).

21.1.2.2 Fiscais

• Discussão administrativa acerca da cobrança de débitos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, referente aos exercícios de 2004 a 2006, decorrentes da não homologação da compensação com créditos dos mesmos tributos. O valor atualizado desses processos em 31 de dezembro de 2021 é de R\$14.494 (R\$17.816 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia obteve decisões favoráveis resultando em redução do montante. Atualmente os demais processos aguardam julgamento.

• Discussão administrativa decorrente de Auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil, objetivando à cobrança de multa por suposta informação incorreta nas obrigações acessórias (EFD ICMS/IPI e EFD Contribuições) do período de 2016, envolvendo o montante de R\$24.294 em 31 de dezembro de 2021 (R\$23.450 em 31 de dezembro de 2020). Atualmente o processo aguarda julgamento.

21.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza cível cuja perda foi estimada como remota. Para estas ações, o saldo de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2021 na Controladora é de R\$330 (R\$324 em 31 de dezembro de 2020) e na controlada EDP Transmissão Litoral Sulé de R\$5.039 (R\$585 em 31 de dezembro de 2020). O aumento dos depósitos na controlada EDP Transmissão Litoral Sul ocorreu devido a processos possessórios, onde fez-se necessário o depósito judicial de casos atrelados a ativos.

21.2 Licenças Ambientais

Na controlada EDP Transmissão Litoral Sul, os custos relativos às licenças estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IPCA. A Companhia efetuou alteração de sua taxa de atualização de IGP-M para IPCA, devido ao indexador refletir atualmente a melhor estimativa de inflação do mercado.

A controlada EDP Transmissão Litoral Sul segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a controlada investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da controlada.

A controlada EDP Transmissão Litoral Sul, apresenta as seguintes obtenções das licenças ambientais requeridas para a construção e operação do empreendimento:

Trecho	Descrição da Linha	Órgão Licenciador	Processo	Licenciamento (i)
Norte	SE Tubarão Sul - 230/138/69 Kv	IMA-SC	DIV/22007/CTB IMA - Tubarão	LP nº 9836/2017 LI nº 6710/2018 de 08/08/2018, válida até 08/08/2021
	LT 230 kV Jorge Lacerda - Tubarão Sul e LT 230 kV Tubarão Sul - Siderópolis (Seccionamento 230 kV)		DIV/22011/CTB IMA - Tubarão	LP nº 1562/2018 LI nº 8467/2018 de 02/10/2018, válida até 02/10/2021
	LD 69 kV Tubarão - Sangão Seccionamento 69 kV		DIV/23241/CTB	LP nº 2823/2020 LI nº 2826/2020 de 18/05/2020, válida até 18/05/2021
Sul	Módulo de Conexão na SE Forquilha	IBAMA-DF	Protocolo 1974, licenciamento municipal	LP/LI nº 1974/2019 LAP/LAI nº 1974/2020 de 27/07/2020, válida até 27/07/2022
	LT 230 kV SE Torres 2 - SE Forquilha		02001.000467/2017-21	LP nº 584/2018 LI nº 1290/2019 - 1ª Retificação, de 26/10/2020 válida até 26/10/2024
	SE Torres 2	FEPAM-RS	4945-05.67 / 20.9	LPI nº 242/2021 de 02/12/2020, válida até 03/12/2025
LT 230 kV SE Atlântida 2 - SE Torres 2 + Módulo de Conexão na SE Atlântida 2	8990-05.67 / 20.3		LP nº 257/2019 LI nº 0004/2021 de 05/01/2021 válida até 05/01/2026	

(i) Siglas e suas definições: LP – Licença Prévia, LI – Licença de Instalação, LAP – Licença Ambiental Prévia, LAI – Licença Ambiental de Instalação e LPI – Licença Prévia de Instalação.

Adicionalmente, para que seja possível a obtenção dessas licenças, são também necessárias outras licenças e autorizações específicas de órgãos intervenientes.

Segue abaixo a movimentação do saldo da provisão no exercício da controlada EDP Transmissão Litoral Sul:

Licenças ambientais	Consolidado						
	Saldo em 31/12/2020	Pagamentos	Atualização monetária	Transferências	Reversão (Nota 21.2.1)	Saldo em 31/12/2021	
Circulante	7.350	(1.741)	126	7.838	45	(8.933)	4.685
Não circulante	6.467	-	678	(7.838)	693	-	-
Total	13.817	(1.741)	804	-	738	(8.933)	4.685

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

21.2.1 A reversão de R\$8.933 refere-se a revisão de estimativa para gastos com condicionantes ambientais que é realizado periodicamente pela controlada EDP Transmissão Litoral Sul, conforme nota 3.4.

22 Patrimônio líquido

22.1 Capital social

O Capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$221.679 (R\$32.606 em 31 de dezembro de 2020) e está representado por 32.606.384 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralmente detidas pela EDP - Energias do Brasil.

Em AGE realizada em 30 de abril de 2021 foi aprovado o aumento de capital para R\$221.679, sem a emissão de novas ações, sendo este aumento equivalente ao saldo da Reserva Legal, no valor de R\$6.520 e o saldo da Reserva de Retenção de Lucros, no valor de R\$182.553 ambos de 31 de dezembro de 2020.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

22.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

(i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;

(ii) constituição de reserva de incentivos fiscais, pelo montante determinado na apuração dos tributos relacionados;

(iii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e

(iv) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Lucro a ser destinado:			
Lucro líquido apurado no exercício		59.972	112.360
Lucro líquido ajustado		59.972	112.360
Constituição da reserva legal - 5%		(2.999)	(889)
		56.973	111.471
Destinação do lucro:			
Dividendos intermediários - JSCP	19	14.623	
Dividendos complementares	19	1.814	27.868
Lucro do exercício a deliberar		40.536	83.603
		56.973	111.471
Dividendos por ação - R\$ - JSCP		0,44848	
Dividendos por ação - R\$ - Dividendos		0,05563	0,85469

22.3 Reservas de lucros

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Reservas de lucros			
Legal	22.3.1 e 22.2	2.999	6.520
Retenção de lucros	22.3.2 e 22.3.3	83.603	182.553
Lucro do exercício a deliberar	22.2 e 22.3.3	40.536	83.603
		127.138	272.676

22.3.1 Reserva legal

A Reserva legal é constituída em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, representada por 5% do lucro líquido antes de qualquer outra destinação, não excedente à 20% do capital social.

A variação no exercício refere-se ao aumento de capital deliberado em AGE, realizada em 30 de abril de 2021, conforme mencionado na nota 22.1, no valor total de R\$6.520 de 31 de dezembro de 2020.

22.3.2 Retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

A variação no exercício de R\$98.950 refere-se: (i) destinação deliberadas na AGO realizada em 30 de abril de 2021, onde o lucro distribuível do exercício no valor de R\$83.603 foi mantido em Retenção de Lucros com a finalidade de investimentos nas linhas de transmissão e preservação de caixa perante a volatilidade nos preços de mercado causado pelo risco do risco hidrológico (Nota 19); e (ii) ao aumento de capital deliberado em AGE realizada em 30 de abril de 2021, conforme mencionado na nota 22.1, no valor total de R\$182.553 de 31 de dezembro de 2020.

22.3.3 Lucro do exercício a deliberar

Refere-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório a ser deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e poderá ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.

23 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia e suas controladas, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia e suas controladas, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia e suas controladas reconhecem sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Comercialização

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

- **Comercialização de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na quantidade de energia vendida e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.
- **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia comprada é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.
- **Compromissos futuros - Marcação a mercado de Instrumento Financeiro Derivativo:** A receita é reconhecida pela realização do valor justo dos contratos de compromisso futuro, por meio da liquidação entre compra e venda de energia (Nota 11).

Transmissão

As receitas das controladas representam a alocação da RAP determinada no contrato de concessão. São mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas no contrato com o cliente, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração apresentados a seguir:

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

• Receita de construção da Infraestrutura de construção

A receita de construção é reconhecida como uma obrigação de desempenho que é atendida pela construção da linha de transmissão e seus ativos associados. O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo contratual conforme os gastos incorridos (método de insumo). A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida aos Ativos da concessão, acrescido de margem na construção e de PIS e COFINS.

A margem da obrigação de performance de construção e melhoria para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 31 de dezembro de 2021 é de -23,72% na EDP Transmissão Litoral Sul e de 0,33% na EDP Transmissão Norte sobre o custo real incorrido de construção no resultado.

A referida margem é estimada pelas controladas levando-se em consideração o orçamento de custos de construção projetado pela controladas e suas possíveis eficiências, considerando o prazo regulatório para entrega da obra. Eventuais receitas decorrentes de antecipação de término das Linhas de Transmissão são reconhecidas no resultado do exercício da efetiva antecipação comercial autorizada pela ANEEL.

Conforme o modelo praticado pela controlada, a margem de construção é um componente de criação de valor, representa o valor presente do serviço de construção da infraestrutura da concessão e, juntamente com a margem de O&M e a taxa de remuneração do contrato (taxa implícita), contribui para zerar o valor presente do fluxo de caixa projetado de investimentos e recebimentos de RAP ao longo de todo o prazo da concessão.

• Receita de Operação e Manutenção (O&M)

A receita de O&M é reconhecida mensalmente, a partir da data que a Companhia está autorizada a operar comercialmente, como uma obrigação de desempenho que é atendida pela operação e manutenção da linha de transmissão. Esta receita é calculada com base nos montantes de custos previstos para atendimento ao contrato de concessão, acrescidos de margem.

A margem da obrigação de performance de O&M para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 31 de dezembro de 2021 é de 218% na EDP Transmissão Litoral Sul e de 5% na EDP Transmissão Norte.

Conforme o modelo de negócios praticado pela Companhia, a faixa de *mark up* para precificação deve variar de acordo com a rentabilidade do projeto alcançada no leilão de concessão. Esta faixa é baseada em estudos regulatórios internos de precificação, referências setoriais em operação e manutenção, e experiências anteriores em projetos de transmissão. A receita de O&M é ajustada mensalmente com o resultado da RAP efetivamente permitida para cobrança pelo ONS.

• Remuneração dos Ativos da concessão

O contrato de concessão possui um componente de financiamento significativo, uma vez que o prazo de recebimento pela construção da infraestrutura é de longo prazo (30 anos). Dessa forma, conforme requerido pelo CPC 47, a remuneração dos ativos da concessão é calculada com base na taxa média de financiamento do projeto no momento da formalização do contrato de concessão com o Poder Concedente sobre o saldo dos Ativos da Concessão.

O Ofício-circular SEP nº 01/2020 orienta que a remuneração contratual deve ser feita pela taxa implícita remanescente do ativo, após a alocação das margens de construção e O&M da concessão. No entanto, ainda conforme a orientação, a taxa deve ficar próxima ao padrão de mercado de financiamento.

A taxa de remuneração dos Ativos da Concessão das controladas representam 13,65% a.a. na EDP Transmissão Litoral Sul e 7,45% a.a. na EDP Transmissão Norte para todo o período de Concessão e é baseada em estudos internos e em seu próprio modelo de negócios. Nesse sentido, conforme o julgamento das controladas, a taxa residual deve representar um ponto entre o custo médio ponderado do capital e a taxa de contratação de dívida, ambos valores nominais e antes dos impostos.

As eventuais alterações no custo médio ponderado de capital promovidos pela ANEEL nos processos de Reajuste ou Revisão Tarifária, com respectivo impacto na RAP, terão seus efeitos apropriados no resultado do exercício em que a modificação tarifária for homologada pelo órgão

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Energia de curto prazo	6.2	43.924	44.407	43.924	44.407
Comercialização de energia elétrica	23.1	3.125.242	3.797.747	3.125.242	3.797.747
Receita de construção	14 e 23.2			121.616	76.203
Remuneração dos ativos da concessão	14			23.314	7.651
Receita de Operação e Manutenção (O&M)				10.427	
Compromissos futuros - Marcação a mercado de Instrumento Financeiro Derivativo	11	146.039	624.416	146.039	624.416
Outras receitas operacionais	23.3	8.911	10.261	28.873	10.261
Receita operacional bruta		3.324.116	4.476.831	3.499.435	4.560.685
(-) Deduções à receita operacional					
Tributos sobre a receita					
ICMS		(68.395)	(70.887)	(68.395)	(70.887)
PIS/COFINS		(300.109)	(406.769)	(299.398)	(414.525)
ISS		(401)	(391)	(401)	(391)
P&D				(103)	
		(368.905)	(478.047)	(368.297)	(485.803)
Receitas		2.955.211	3.998.784	3.131.138	4.074.882

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

23.1 Comercialização de energia elétrica

A redução na comercialização de energia elétrica está atrelada ao cenário hidrológico de 2021 (Nota 4.6), onde houve forte volatilidade nos preços do mercado, tendo a Companhia a estratégia de manutenção e proteção do portfólio, conforme mencionado na nota 6.1.

23.2 Receita de construção da Infraestrutura da Concessão

Representa a evolução, em 2021, de 43,5% do investimento previsto no projeto (29% em 2020) da controlada EDP Transmissão Litoral Sul, acrescido de margem de construção e PIS/COFINS, alcançando 80,5% de investimento total previsto para a conclusão da obra.

Representa a evolução, em 2021, de 1,6% do investimento previsto no projeto da controlada EDP Transmissão Norte, acrescido de margem de construção e PIS/COFINS, alcançando 1,6% de investimento total previsto para a conclusão da obra.

23.3 Outras receitas operacionais

Do montante total de R\$28.873 do consolidado, R\$20.281 refere-se a parcela variável – IPCA, da controlada EDP Litoral Sul, conforme mencionado na nota 4.3.

24 Custo de construção da infraestrutura da concessão das controladas

	Nota	Consolidado	
		2021	2020
Terrenos		11.384	8.930
Edificações, obras civis e benfeitorias		35.782	12.143
Máquinas e equipamentos		106.534	40.273
Móveis e utensílios		106	
Adiantamento a fornecedores			22.543
Gastos ambientais	21.2.1	(7.153)	4.031
Outros		12.398	3.111
	14	159.051	91.031

25 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia e suas controladas classificam seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia e das controladas representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Controladora							
	2021							
	Nota	Custo do serviço de energia elétrica			Despesas operacionais			
		Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	25.1	2.828.954					2.828.954	
Encargos de uso da rede elétrica		2.729					2.729	
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	25.2		11.957		4.620		16.577	
Material			54		57		111	
Serviços de terceiros	25.3		1.864	45	4.610		6.519	
Depreciação - Imobilizado em serviço			624		44		668	
Depreciação - Ativos de direito de uso					419		419	
Amortização			239		2.066		2.305	
PECLD / perdas líquidas	25.4				(5.047)		(5.047)	
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas						34	34	
Arrendamentos e aluguéis			188		187		375	
Outras		2.306	934		217		3.457	
Total		2.833.989	15.860	45	(5.047)	12.220	34	2.857.101
	Controladora							
	2020							
	Nota	Custo do serviço de energia elétrica			Despesas operacionais			
		Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	25.1	3.401.781					3.401.781	
Encargos de uso da rede elétrica		16.064					16.064	
Compromissos futuros - Marcação a mercado de Instrumento Financeiro Derivativo	11	360.250					360.250	
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	25.2		5.756		11.737		17.493	
Material			34		212		246	
Serviços de terceiros	25.3		1.220	7	6.303		7.530	
Depreciação - Imobilizado em serviço			170		488		658	
Depreciação - Ativos de direito de uso					517		517	
Amortização			72		781		853	
PECLD / perdas líquidas	25.4				4.718		4.718	
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas						196	196	
Arrendamentos e aluguéis			66				66	
Outras		4.237	233		451	(44)	4.877	
Total		3.782.332	7.551	7	4.718	20.489	152	3.815.249

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

		Consolidado					
		2021					
		Custo do serviço de energia elétrica			Despesas operacionais		
				Gerais e administrativas		Outras	Total
	Nota	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Com vendas		
Energia elétrica comprada para revenda	25.1	2.828.954					2.828.954
Encargos de uso da rede elétrica		2.729					2.729
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	25.2		12.874			4.908	17.782
Material			90			135	225
Serviços de terceiros	25.3		2.096	45		5.400	7.541
Depreciação - Imobilizado em serviço			624			44	668
Depreciação - Ativos de direito de uso						494	494
Amortização			239			2.066	2.305
PECLD / perdas líquidas	25.4				(5.047)		(5.047)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas						34	34
Arrendamentos e aluguéis			188			190	378
Custo com construção da infraestrutura	24			159.051			159.051
Outras		2.306	981			276	2.083
Total		2.833.989	17.092	159.096	(5.047)	13.513	3.017.197

		Consolidado					
		2020					
		Custo do serviço de energia elétrica			Despesas operacionais		
				Gerais e administrativas		Outras	Total
	Nota	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Com vendas		
Energia elétrica comprada para revenda	25.1	3.401.781					3.401.781
Encargos de uso da rede elétrica		16.064					16.064
Compromissos futuros - Marcação a mercado de Instrumento Financeiro Derivativo		360.250					360.250
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	25.2		5.756			12.210	17.966
Material			34			354	388
Serviços de terceiros	25.3		1.220	7		6.786	8.013
Depreciação - Imobilizado em serviço			170			488	658
Depreciação - Ativos de direito de uso						678	678
Amortização			72			781	853
PECLD / perdas líquidas	25.4				4.718		4.718
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas						197	197
Arrendamentos e aluguéis			66			(32)	34
Custo com construção da infraestrutura	24			91.031			91.031
Outras		4.237	233			251	4.677
Total		3.782.332	7.551	91.038	4.718	21.548	3.907.308

25.1 Energia elétrica comprada para revenda

		Consolidado	
	Nota	2021	2020
Energia de curto prazo	18	48.525	159.908
Encargo de Energia de Reserva - EER		39	484
Contratos de comercialização de energia	23.1	3.066.874	3.588.193
Outros		1.903	(66)
(-) Créditos de PIS/COFINS		(288.387)	(346.738)
		2.828.954	3.401.781

25.2 Pessoal e Administradores

		Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Pessoal					
Remuneração		8.295	8.002	8.938	8.016
Encargos		2.868	2.814	3.127	2.814
Previdência privada - Corrente		347	346	363	349
Despesas rescisórias		378	737	378	737
Participação nos Lucros e Resultados - PLR		1.455	2.142	1.728	2.171
Outros benefícios - Corrente		2.029	1.603	2.097	1.606
Outros		29		29	
		15.401	15.644	16.660	15.693
Administradores					
Honorários e encargos		1.122	1.663	1.068	2.087
Benefícios dos administradores		54	186	54	186
		1.176	1.849	1.122	2.273
		16.577	17.493	17.782	17.966

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

25.3 Serviços de terceiros

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Serviços de consultoria	1.590	2.402	1.871	2.726
Serviços de manutenção	3	297	4	297
Serviços de informática	1.680	1.549	1.878	1.550
Serviços de publicação e publicidade	353	407	523	514
Serviços de telecomunicações	799	762	927	774
Serviços de transporte	51	100	85	103
Serviços Compartilhados	1.517	679	1.516	679
Outros	526	1.334	737	1.370
	<u>6.519</u>	<u>7.530</u>	<u>7.541</u>	<u>8.013</u>

25.4 Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD

A reversão de despesa de R\$5.047 em 2021 (R\$4.718 em 2020), refere-se a acordo comercial ocorrido em janeiro de 2021.

26 Resultado financeiro

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receitas financeiras					
Juros e variações monetárias					
Renda de aplicações financeiras e cauções		5.971	1.358	6.675	1.422
Energia vendida		2.860	7.702	2.860	7.702
Depósitos judiciais		237	221	410	224
Contratos de mútuo		320	180		
Juros e multa sobre tributos	7	1.289	785	1.327	788
Arrendamentos e aluguéis					63
Outros juros e variações monetárias				86	
Ajustes a valor presente			27		27
(-) Juros capitalizados				(434)	(61)
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(579)	(609)	(587)	(617)
Outras receitas financeiras		766	471	766	471
		<u>10.864</u>	<u>10.135</u>	<u>11.103</u>	<u>10.019</u>
Despesas financeiras					
Encargos de dívida					
Empréstimos e financiamentos	20.2	(22.053)	(6.114)	(22.166)	(6.242)
(-) Juros capitalizados				352	308
Juros e multa sobre tributos	7		(71)	(2)	(72)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	21.1	(54)	(14)	(129)	(27)
Arrendamentos e aluguéis		(177)	(98)	(204)	(98)
Outros juros e variações monetárias				(256)	
Ajustes a valor presente				(339)	
Outras despesas financeiras		(616)	(802)	(616)	(822)
		<u>(22.900)</u>	<u>(7.099)</u>	<u>(23.360)</u>	<u>(6.953)</u>
Total		<u>(12.036)</u>	<u>3.036</u>	<u>(12.257)</u>	<u>3.066</u>

27 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	81.825	175.998	101.684	170.640
Alíquota	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL	(27.821)	(59.839)	(34.573)	(58.017)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes				
Perdas indedutíveis	(179)	(54)	(179)	(54)
Resultados de equivalência patrimonial	(1.445)	(3.595)		
Juros sobre o capital próprio	4.972		4.972	
Outras	293	(181)	293	(240)
Outros				
Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores	4.5 e 27.1	2.327	31	(7.958)
Ajuste lucro presumido				(4.296)
Incentivos fiscais				30
Despesa de IRPJ e CSLL		<u>(21.853)</u>	<u>(63.638)</u>	<u>(41.711)</u>
Alíquota Efetiva		27%	36%	41%
				34%

27.1 Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores

O montante de R\$2.327 no exercício de 2021 da Controladora é decorrente de provisão de crédito de IRPJ e CSLL sobre indêbitos tributários apropriados (Nota 4.5), e do saldo negativo de R\$7.958 no consolidado, o montante negativo de R\$10.286 refere-se a controlada EDP Transmissão Litoral Sul, devido a alteração em seu regime de tributação em 2021, anteriormente Lucro Real, com alíquota de 9,25% para o Lucro Presumido, com alíquota de 3,65%.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

28 Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas.

A Companhia e suas controladas não operaram com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	59.972	112.360
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	32.606	32.606
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	1,83929	3,44599

29 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

29.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

29.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros:

Nota	Níveis	Controladora				Consolidado			
		Valor justo		Valor contábil		Valor justo		Valor contábil	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativos financeiros									
Valor justo por meio do resultado									
No reconhecimento inicial ou subsequentemente									
Caixa e equivalentes de caixa	5								
Aplicações financeiras	Nível 2	63.077	59.046	63.077	59.046	79.996	63.631	79.996	63.631
Compromissos futuros - Marcação a mercado de Instrumento Financeiro Derivativo	11	1.209.619	624.415	1.209.619	624.415	1.209.619	624.415	1.209.619	624.415
		1.272.696	683.461	1.272.696	683.461	1.289.615	688.046	1.289.615	688.046
Custo amortizado									
Caixa e equivalentes de caixa	5								
Bancos conta movimento	Nível 2	3.224	50.071	3.224	50.071	4.516	50.133	4.516	50.133
Consumidores e concessionárias	6	228.120	547.794	228.120	547.794	230.004	547.794	230.004	547.794
Empréstimos a receber	Nível 2	7.741	7.308	7.741	7.308				
Cauções	13	1.462	1.377	1.462	1.377	1.471	1.380	1.471	1.380
Outros créditos - Partes relacionadas	10	2.076	1.815	2.076	1.815	1.993	1.815	1.993	1.815
		242.623	608.365	242.623	608.365	237.984	601.122	237.984	601.122
Total		1.515.319	1.291.826	1.515.319	1.291.826	1.527.599	1.289.168	1.527.599	1.289.168
Passivos Financeiros									
Valor justo por meio do resultado									
No reconhecimento inicial ou subsequentemente									
Compromissos futuros - Marcação a mercado de Instrumento Financeiro Derivativo	11	836.134	396.969	836.134	396.969	836.134	396.969	836.134	396.969
		836.134	396.969	836.134	396.969	836.134	396.969	836.134	396.969
Custo amortizado									
Fornecedores	18	218.561	475.139	218.561	475.139	256.004	516.543	256.004	516.543
Empréstimos e financiamentos	20								
Moeda nacional	Nível 2	564.084	152.885	564.169	152.545	564.084	152.885	564.169	152.545
Contratos de mútuo	Nível 2	94.132	90.224	94.132	90.224	94.132	90.224	94.132	90.224
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	10	1.223	9.742	1.223	9.742	2.765	9.742	2.765	9.742
Arrendamentos e aluguéis	Nível 2	1.948	515	1.948	384	2.046	947	2.046	699
Licenças ambientais	21.2					4.705	13.902	4.685	13.817
		879.948	728.505	880.033	728.034	923.736	784.243	923.801	783.570
Total		1.716.082	1.125.474	1.716.167	1.125.003	1.759.870	1.181.212	1.759.935	1.180.539

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

29.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia e suas controladas avaliam os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• Custo amortizado

Se a Companhia e suas controladas, conforme seu modelo de negócio, possuem a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Companhia e suas controladas, conforme seu modelo de negócio, possuem a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Companhia e suas controladas possuem um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia e suas controladas desejarem eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

29.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia e suas controladas também poderão classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) desejarem eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração.

29.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia e suas controladas projetam os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia, das controladas e da contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da Companhia e às peculiaridades setoriais, o valor empréstimos, das licenças ambientais e arrendamentos e aluguéis diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Aplicações financeiras: são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço e, conforme o caso, baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo e trazidos a valor presente pelo risco de crédito da instituição financeira correspondente;

(ii) Empréstimos e financiamentos: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito; e

(iii) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil; e

(iv) Arrendamentos e aluguéis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde o custo de financiamento na contratação dos ativos alugados.

29.1.2.1 Mensuração a valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia e das controladas. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos financeiros:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

29.1.3 Instrumentos financeiros derivativos

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que: (i) seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro; (ii) não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares; e (iii) sempre será liquidado em data futura. Somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação registrados no resultado do exercício, exceto quando o derivativo for classificado como proteção de fluxo de caixa, sendo os ganhos e perdas registrados em Outros resultados abrangentes no Patrimônio líquido.

As operações com derivativos na Companhia refere-se a operações de compra e venda de energia, sendo transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas em energia, e prontamente conversíveis em montante financeiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o CPC 48 e são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço. As controladas não efetuaram transações de caráter especulativo em instrumentos derivativos no exercício.

29.2 Gestão de riscos

Desde 2006 o Grupo EDP – Energias do Brasil desenvolveu processos para monitoramento e avaliação dos riscos corporativos. A partir de 2010, foram criados novos métodos e um novo dicionário de riscos, tendo o mesmo sido consolidado em 2011 como uma Norma de Risco Corporativo, e mantida atualizada desde então.

O Grupo EDP – Energias do Brasil, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, segregou as funções de *Compliance* e Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo de Gestão do Riscos, foi criada uma Diretoria de Gestão de Riscos e Segurança.

Dessa forma, o Grupo EDP – Energias do Brasil possui uma área de Riscos e Crise, na qual realiza o gerenciamento integrado dos riscos, oportunidades e crises, com o objetivo assegurar que os diversos riscos inerentes a cada uma das áreas sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria, para que sejam tomadas as providências necessárias.

A Gestão do Risco está definida através de uma Política de Risco do Negócio, pública ao mercado, e as diretrizes da sua metodologia estão publicadas na Norma de Riscos Corporativos. Ainda em linha com as melhores práticas, esse processo está baseado em metodologias reconhecidas, como COSO ERM (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e Norma ISO 31.000, que fornece diretrizes para gerenciar riscos enfrentados pelas organizações por meio de uma linguagem e abordagem comuns à quaisquer tipos de riscos.

No Grupo EDP - Energias do Brasil os riscos são priorizados seguindo os parâmetros estratégicos e definidos de forma colegiada através do Comitê de Auditoria, esse representado pelas Diretorias das Unidades Negócios, de forma a garantir a governança do processo e atuar como elo entre a Administração da Companhia e a operação.

O Grupo EDP - Energias do Brasil teve mais uma vez as suas boas práticas reconhecidas ao manter a Certificação da Norma ISO 37.001, que tem por objetivo apoiar as organizações a combater suborno, a partir de uma cultura de integridade, transparência e conformidade com as leis vigentes, com o auxílio de requisitos, políticas, procedimentos e controles adequados para lidar com os respectivos riscos. O resultado desta manutenção reforça que os controles adotados pelo Grupo EDP - Energias do Brasil são adequados e aderentes ao Sistema de Gestão Antissuborno implementado.

29.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos. Os Empréstimos e financiamentos captadas pela Companhia apresentadas na nota 20, possuem como contraparte o agente fiduciário MFUG - Cédula de Câmbio. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui um risco de mercado associado ao CDI. Deve-se considerar que a Companhia e suas controladas estão expostas a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia e suas controladas não possuem exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

Adicionalmente, a Companhia decorrente da sua atividade de comercialização de energia, encontra-se exposta ao risco de preço de mercado associado a compromissos futuros resultantes de contratos bilaterais de compra e venda de energia (Nota 11). Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o resultado destes contratos é determinado como o diferencial, para cada prazo, entre os preços dos contratos bilaterais de compra e venda de energia e a respectiva valorização por marcação a mercado utilizando curvas de preço *forward*. O resultado de contratos de compromisso futuro apresenta volatilidade associada à flutuação do preço de energia, gerando risco de preço de mercado.

Esta gestão do risco de preço de mercado é realizada através da determinação e monitorização diária do risco respeitando os limites aprovados pela Administração da Companhia e enquadrados na Política de Gestão de Risco do Grupo EDP, para compra e venda de energia utilizando uma metodologia estabelecida na Norma de Risco Energético. A metodologia adotada é um VaR (*Value at Risk*) com 95% de confiança que considera uma curva *forward* de preços de mercado, a exposição do portfólio (diferença entre compra e venda) e a volatilidade e liquidez observadas no mercado livre para cada período.

29.2.1.1 Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas efetuam a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia e de suas controladas em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia e sua controlada, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia e sua controlada, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

		Controladora							
Operação	Risco	Saldo da exposição	Aging cenário provável		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
			Até 1 ano	2 a 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	50.017	2.643		2.643	639	1.271	(648)	(1.304)
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	13.060	83		83	20	39	(20)	(41)
Cauções e depósitos vinculados	CDI	1.462	14	3	17	4	8	(4)	(8)
Empréstimos a receber	CDI	7.741	824	831	1.655	437	883	(428)	(846)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	72.280	3.564	834	4.398	1.100	2.201	(1.100)	(2.199)
Empréstimos e financiamentos - CCB	CDI	(564.169)	(46.516)	(26.079)	(72.595)	(15.513)	(31.547)	16.800	33.085
Empréstimos e financiamentos - Mútuo	CDI	(94.132)	(7.770)		(7.770)	(1.910)	(3.807)	1.922	3.858
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(658.301)	(54.286)	(26.079)	(80.365)	(17.423)	(35.354)	18.722	36.943
		(586.021)	(50.722)	(25.245)	(75.967)	(16.323)	(33.153)	17.622	34.744
Operação	Risco								
Compromissos futuros	PLD	1.209.619		1.209.620	1.209.620	729.476	1.458.952	(729.476)	(1.458.952)
Instrumentos financeiros passivos	PLD	1.209.619	-	1.209.620	1.209.620	729.476	1.458.952	(729.476)	(1.458.952)
Compromissos futuros	PLD	(836.134)		(836.134)	(836.134)	(433.219)	(1.108.756)	433.219	1.108.756
Instrumentos financeiros derivativos	PLD	(836.134)	-	(836.134)	(836.134)	(433.219)	(1.108.756)	433.219	1.108.756
		373.485		373.486	373.486	296.257	350.196	(296.257)	(350.196)

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

		Consolidado							
Operação	Risco	Saldo da exposição	Aging cenário provável		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
			Até 1 ano	2 a 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	66.936	4.349		4.349	1.063	2.117	(1.072)	(2.154)
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	13.060	83		83	20	39	(20)	(41)
Cauções e depósitos vinculados	CDI	1.462	14	3	17	4	8	(4)	(8)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	81.458	4.446	3	4.449	1.087	2.164	(1.096)	(2.203)
Empréstimos e financiamentos - CCB	CDI	(564.169)	(46.516)	(26.079)	(72.595)	(15.513)	(31.547)	16.800	33.085
Empréstimos e financiamentos - Mútuo	CDI	(94.132)	(7.770)		(7.770)	(1.910)	(3.807)	1.922	3.858
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(658.301)	(54.286)	(26.079)	(80.365)	(17.423)	(35.354)	18.722	36.943
		(576.843)	(49.840)	(26.076)	(75.916)	(16.336)	(33.190)	17.626	34.740
Operação	Risco								
Compromissos futuros	PLD	1.209.619		1.209.620	1.209.620	729.476	1.458.952	(729.476)	(1.458.952)
Instrumentos financeiros passivos	PLD	1.209.619	-	1.209.620	1.209.620	729.476	1.458.952	(729.476)	(1.458.952)
Compromissos futuros	PLD	(836.134)		(836.134)	(836.134)	(433.219)	(1.108.756)	433.219	1.108.756
Instrumentos financeiros derivativos	PLD	(836.134)	-	(836.134)	(836.134)	(433.219)	(1.108.756)	433.219	1.108.756
		373.485		373.486	373.486	296.257	350.196	(296.257)	(350.196)

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhada com a expectativa da Administração. O CDI apresentou seu intervalo entre 6,9% e 11,2% a.a.

Para a análise de sensibilidade do PLD da Companhia, são avaliadas as exposições do portfólio de operações através de variações de 25% e 50% nas curvas *forward* de preço de energia, representada pela Dcide (empresa do setor para cálculo de curvas futuras de preço da energia).

29.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e de suas controladas em liquidarem as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira para cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na notas 20.

A Administração da Companhia e de suas controladas somente utilizam linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia e de suas controladas são demonstrados nas rubricas: Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5), Consumidores e concessionárias (Nota 6), Compromissos Futuros (Nota 11) e Ativos da concessão (Nota 14), cujo o saldo apresentado corresponde ao valor a receber do Poder Concedente ou dos usuários da linha de transmissão a partir da entrada em operação da linha de transmissão. A Companhia, em 31 de dezembro de 2021 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Consumidores e concessionárias, os saldos apresentados compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

Para a rubrica de Fornecedores - Suprimento de Energia, as garantias (Nota 31.2) estão vinculadas, em sua maioria, aos recebíveis da Companhia, passíveis de alteração decorrente de eventuais perdas de crédito nestes recebíveis. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

A Companhia e suas controladas também gerenciam o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2021, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que se espera liquidar as respectivas obrigações.

	Controladora						31/12/2020
	31/12/2021					Total	
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos		
Passivos Financeiros							
Fornecedores	217.524	1.037				218.561	475.139
Outras contas a pagar - Partes relacionadas			644	579		1.223	9.742
Empréstimos e financiamentos		4.269	259.900	394.132		658.301	242.769
Arrendamentos e aluguéis	8	31	306	1.000	603	1.948	384
Compromissos futuros - Instrumento Financeiro Derivativo	6.891	10.954	304.208	264.081		586.134	396.969
	224.423	16.291	565.058	659.792	603	1.466.167	1.125.003
	Consolidado						31/12/2020
	31/12/2021					Total	
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos		Total
Passivos Financeiros							
Fornecedores	255.052	1.037				256.089	516.543
Outras contas a pagar - Partes relacionadas			644	2.121		2.765	9.742
Empréstimos e financiamentos		4.269	259.900	394.132		658.301	242.769
Arrendamentos e aluguéis	28	51	364	1.000	603	2.046	699
Licenças Ambientais	1.143	679	2.863			4.685	13.817
Compromissos futuros - Instrumento Financeiro Derivativo	6.891	10.954	304.208	264.081		586.134	396.969
	263.114	16.990	567.979	661.334	603	1.510.020	1.180.539

29.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui empréstimos com cláusulas restritivas (*Covenants*), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índices financeiros.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparece descrita individualmente na nota 20. Em 31 de dezembro de 2021 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidas em sua plenitude.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 31.2) para a rubrica de Empréstimos e financiamentos. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia e suas controladas podem ser exigidas a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

29.2.3 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia e suas controladas não realizarem seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionadas às rubricas abaixo:

• Consumidores e Concessionárias

As comercializações de energia são geradas a partir de leilões e contratos bilaterais, todos devidamente registrados na CCEE. Estes mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. Contudo, a Companhia possui uma política focada na mitigação do risco de crédito que consiste na identificação de rating de crédito junto ao cliente proponente, sendo atribuída uma nota para a saúde financeira da contraparte (separadas em A, B, C, D e E) que leva em consideração, dentre outros aspectos, a análise das demonstrações financeiras da contraparte associada a uma probabilidade de default. Para cada rating de crédito são estabelecidos prazos máximos de contratos e garantias financeiras, sendo que, quanto pior o *rating* da contraparte, menor serão os prazos de contratos e mais líquidas serão as garantias financeiras. Os créditos de todos os clientes e a sua exposição aos diversos setores da economia são avaliados periodicamente, de modo a manter a diversificação de sua carteira e a diminuir a exposição ao risco.

Em relação a pandemia da COVID-19 a Companhia tem contratos de energia com clientes livres e cativos, onde, no decorrer do exercício de 2020, alguns destes clientes solicitaram melhores condições de pagamento para aliviarem o impacto em seus fluxos de caixa e/ou acionaram a cláusula de Caso Fortuito ou Força Maior para suspenderem o pagamento do volume contratado enquanto durar a pandemia e pagar somente a energia efetivamente medida dos contratos. A Administração da Companhia procedeu com avaliação jurídica indicando que não há motivo para que esta cláusula seja acionada e, neste sentido, está apresentando propostas de parcelamento aos clientes e/ou tomando medidas judiciais cabíveis. Portanto para o exercício de 2021 não houve registro contábil relativo ao risco de crédito.

• Compromissos futuros - Marcação a mercado de Instrumento Financeiro Derivativo

A Companhia mantém contratos de compromissos futuros bilaterais de curto e longo prazo. A mitigação de risco de inadimplência é obtida por cláusula específicas de garantia sempre de acordo com a capacidade financeira de cada contraparte, podendo essa garantia ser corporativa, bancária, seguro garantia ou registro contra pagamento, sendo essa última utilizada apenas com contrapartes específicas.

• Caixa, Equivalentes de caixa

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia e suas controladas operam apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 todas as aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas encontram-se em instituições financeiras com rating de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia e suas controladas a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

29.2.4 Risco regulatório

As atividades da Companhia e de suas controladas são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL, etc.) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, ONS, CCEE, etc.). A Companhia e suas controladas têm o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas atuam na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

29.2.5 Riscos ambientais

As atividades das controladas podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar as controladas a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas. Contudo, as controladas asseguram o equilíbrio entre os riscos relacionados com as alterações climáticas, impactos sociais, a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas observadas nas operações que reduzem os riscos de impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável, responsabilidade social e preservação ambiental de seu negócio.

29.2.6 Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura

As controladas podem incorrer em riscos inerentes a atividade de construção e atrasos na execução da obra que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades.

Os atrasos de construção de novas instalações podem estar ligados ao fato da controlada depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estar sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega dos equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades, gerar penalidades regulatórias e ter efeito adverso relevante nos resultados das controladas.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos pela controlada, esta poderá não ser capaz de adquirir tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação de serviços de transmissão de energia elétrica pelas controladas poderá ser afetada de forma relevante, e a controlada poderá ser obrigada a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a condição financeira e os resultados operacionais da controlada.

Visando mitigar este risco as controladas adotam, no momento da contratação dos fornecedores, uma série de garantias, tais como: adiantamentos, cumprimento de performance, garantia técnica, seguro de engenharia global e seguro de responsabilidade civil. Adicionalmente, as controladas procuram a diversificação dos seus fornecedores, sendo que o maior não represente mais do que 40% do investimento previsto, além de fazer avaliações internas de Compliance.

29.2.7 Risco técnico

A infraestrutura das controladas é dimensionada de acordo com as orientações técnicas impostas por normas nacionais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a realocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela controlada, ainda que eventuais indisponibilidades de suas instalações de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Para tanto, a controlada EDP Transmissão Litoral Sul contratou seguro de Risco de responsabilidade civil - Engenharia, visando cobrir qualquer erro decorrente do projeto ou da execução do mesmo (Nota 33).

29.2.8 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinar as dívidas existentes.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Total dos empréstimos	658.301	242.769	658.301	242.769
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(66.301)	(109.117)	(84.512)	(113.764)
Dívida líquida	592.000	133.652	573.789	129.005
Total do Patrimônio Líquido	348.817	305.282	348.817	305.282
Total do capital	940.817	438.934	922.606	434.287
Índice de alavancagem financeira - %	63%	30%	62%	30%

30 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

30.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

	Nota	Controladora					
		Efeito não caixa					
		Saldo em 31/12/2020	Efeito caixa	Ajuste a valor presente	Adições/baixas	Saldo em 31/12/2021	
Aumento (diminuição) de passivos financiamento							
Dividendos	19	27.868	(27.868)		14.244	14.244	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	20	242.769	393.479		22.053	658.301	
Arrendamentos e aluguéis	12	384	(343)	177	1.730	1.948	
		271.021	365.268	177	38.027	674.493	
Controladora							
Efeito não caixa							
		Saldo em 31/12/2019	Efeito caixa	Variação monetária	Ajuste a valor presente	Adições/baixas	Saldo em 31/12/2020
Aumento (diminuição) de passivos financiamento							
Dividendos		8.650	(8.650)			27.868	27.868
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		153.823	82.832			6.114	242.769
Arrendamentos e aluguéis		846	(573)	51	47	13	384
		163.319	73.609	51	47	33.995	271.021
Consolidado							
Efeito não caixa							
	Nota	Saldo em 31/12/2020	Efeito caixa	Ajuste a valor presente	Adições/baixas	Saldo em 31/12/2021	
Aumento (diminuição) de passivos financiamento							
Dividendos	19	27.868	(27.868)		14.244	14.244	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	20	242.769	393.479		22.053	658.301	
Arrendamentos e aluguéis	12	699	(587)	204	1.730	2.046	
		271.336	365.024	204	38.027	674.591	
Consolidado							
Efeito não caixa							
		Saldo em 31/12/2019	Efeito caixa	Variação monetária	Ajuste a valor presente	Adições/baixas	Saldo em 31/12/2020
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento							
Títulos a receber e empréstimos a receber		70				(70)	-
		70	-	-	-	(70)	-
Aumento (diminuição) de passivos financiamento							
Dividendos		8.650	(8.650)			27.868	27.868
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		153.823	82.832			6.114	242.769
Arrendamentos e aluguéis		846	(728)	(23)	58	546	699
		163.319	73.454	(23)	58	34.528	271.336
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)		163.249	73.454	(23)	58	34.598	271.336

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

31.2 Garantias

Tipo de garantia	Modalidade	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Seguro de vida	Aval de acionista	10.314	11.792	10.314	11.792
Ações judiciais	(i) Fiança Bancária e (ii) Seguro garantia.		21.551		21.551
Executante construtor	Seguro garantia			44.794	20.523
		10.314	33.343	55.108	53.866

Os valores em garantias de Empréstimos e financiamentos (Nota 20), Fornecedores (Nota 18) e Provisões (Nota 21.1.1), estão demonstrados em suas respectivas notas.

32 Informações por segmento

Um segmento de negócio é um componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria, responsável inclusive pela tomada de decisões estratégicas do Grupo EDP - Energias do Brasil.

Com base no relatório interno, a Diretoria é responsável por avaliar o desempenho dos vários segmentos e decidir sobre as alocações de recursos a efetuar a cada um dos segmentos de negócio identificados.

32.1 Caracterização dos segmentos

Os valores reportados para cada segmento de negócio resultam da agregação das controladas e da unidade de negócio definidas no perímetro de cada segmento, bem como a anulação das transações intra-segmentos.

32.1.1 Demonstração do Resultado

	2021				2020			
	Comercialização	Transmissão	Eliminação	Total	Comercialização	Transmissão	Eliminação	Total
Receitas	2.955.211	176.216	(289)	3.131.138	3.998.784	76.098		4.074.882
Custo da produção e do serviço de energia elétrica								
Custo do serviço de energia elétrica	(2.833.989)			(2.833.989)	(3.782.332)			(3.782.332)
Custo de construção da infraestrutura da concessão		(159.051)		(159.051)				-
Custo de operação	(15.860)	(1.521)	289	(17.092)	(7.551)			(7.551)
Custo do serviço prestado a terceiros	(45)			(45)	(7)	(91.031)		(91.038)
	(2.849.894)	(160.572)	289	(3.010.177)	(3.789.890)	(91.031)		(3.880.921)
Lucro bruto	105.317	15.644	-	120.961	208.894	(14.933)	-	193.961
Despesas e Receitas operacionais								
Despesas com vendas	5.047			5.047	(4.718)			(4.718)
Despesas gerais e administrativas	(12.220)	(1.293)		(13.513)	(20.489)	(1.059)		(21.548)
Outras Despesas e Receitas operacionais	(34)	1.480		1.446	(152)	31		(121)
	(7.207)	187	-	(7.020)	(25.359)	(1.028)	-	(26.387)
Resultado das participações societárias	(4.249)		4.249	-	(10.573)		10.573	-
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos	93.861	15.831	4.249	113.941	172.962	(15.961)	10.573	167.574
Resultado financeiro								
Receitas financeiras	10.864	559	(320)	11.103	10.135	64	(180)	10.019
Despesas financeiras	(22.900)	(780)	320	(23.360)	(7.099)	(34)	180	(6.953)
	(12.036)	(221)	-	(12.257)	3.036	30	-	3.066
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	81.825	15.610	4.249	101.684	175.998	(15.931)	10.573	170.640
Tributos sobre o lucro								
Imposto de renda e contribuição social correntes	1.687	(555)		1.132	31			31
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(23.540)	(19.304)		(42.844)	(63.669)	5.358		(58.311)
	(21.853)	(19.859)	-	(41.712)	(63.638)	5.358	-	(58.280)
Resultado líquido do exercício	59.972	(4.249)	4.249	59.972	112.360	(10.573)	10.573	112.360

32.1.2 Balanço Patrimonial

	31/12/2021				31/12/2020			
	Comercialização	Transmissão	Eliminações	Total	Comercialização	Transmissão	Eliminações	Total
Ativo circulante	1.248.495	44.300	(85)	1.292.710	783.082	5.697		788.779
Ativo não circulante	1.043.570	262.991	(255.059)	1.051.502	806.759	137.574	(74.924)	869.409
Passivo circulante	1.144.295	42.315	(85)	1.186.525	765.168	49.878		815.046
Passivo não circulante	798.953	161.490	(140.740)	819.703	519.391	38.531	(20.062)	537.860
Patrimônio Líquido e Não controladores	348.817	103.486	(114.319)	337.984	305.282	54.862	(54.862)	305.282

33 Cobertura de seguros

A Companhia e sua controlada EDP Transmissão Litoral Sul, mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2021		31/12/2020		31/12/2021		31/12/2020	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Transportes (veículos)			360	360			360	360
Seguro de vida	10.314	(*)	11.792	(*)	13.500	(*)	12.819	(*)

(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$1.452.

Notas explicativas**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020**
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Companhia e sua controlada EDP Transmissão Litoral Sul, com os limites conforme apresentados abaixo:

- (i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$50.000;
- (ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$17.190;
- (iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$247.595; e
- (iv) Responsabilidade civil de riscos cibernéticos, com cobertura de até R\$5.611.

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Manuel Veríssimo Marques da Cruz
Presidente

Carlos Emanuel Baptista Andrade
Conselheiro

Luiz Otavio Assis Henriques
Vice-presidente

Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire
Conselheiro

Pedro Rafael de Sampaio e Melo Neves Ferrei
Conselheiro

Miguel Andrade dos Santos Fonseca
Conselheiro

DIRETORIA

Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire
Diretor-Presidente

Júlio César de Andrade
Diretor

Dyogenes Rosi
Diretor

Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho
Diretor

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte
Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos
(Corporativo)

Renan Silva Sobral
Gestor Executivo de Contabilidade
Contador - CRC 1SP271964/O-6